

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quíelse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —  
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —  
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —  
Francisco Escorsin

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-  
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

###### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —  
Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

###### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-  
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-  
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

###### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Quíelse Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin  
— Gilberto Carvalho

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —  
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.  
— Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quíel-  
se Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

###### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —  
Domício Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 176.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 27 de Setembro de 1973 - (5.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domício Scaramella, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quilse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Fortes, Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima, Antônio Costa, Emílio Carazzai, Fuad Nacli, Nelson Buffara e Wilson Brandão (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**,  
destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à  
**ORDEM DO DIA**,  
com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 215-73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 140-71, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar mediante decreto, uma Inspeção Regional de Ensino, na sede do Município de Capanema e com jurisdição nos Municípios de Planalto, Pérola do Oeste, Santa Izabel do Oeste, Realiza e Capitão Leonidas Marques. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

#### RESOLUÇÕES:

##### RESOLUÇÃO N.º 34-73

Data: 4 de setembro de 1973.

**Súmula:** Aprova Convênio firmado entre o Governo do Estado e o Município de Loanda, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:  
Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio firmado entre o Governo do Estado e o Município de Loanda, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 4 de setembro de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

##### RESOLUÇÃO N.º 37-73

Data: 27 de setembro de 1973

**Súmula:** Transfere ao Departamento Legislativo, a Seção de Autografia e suprime o item VII, do Artigo 28 do Regimento Interno.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — A Seção de Autografia, do Departamento Administrativo, com a competência definida pela alínea a, inciso I, do artigo 13, do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, passa a integrar o Departamento Legislativo, com subordinação à Divisão de Ordem do Dia e Autografia.

Art. 2.º — Fica criada a Divisão de Ordem do Dia e Autografia, compreendendo duas Seções:

- a) Seção de Ordem do Dia, e
- b) Seção de Autografia.

Art. 3.º — Fica suprimido o item VII, do artigo 28, do Regimento Interno, cujo texto consolidado foi aprovado pela Resolução n.º 11, de 16 de dezembro de 1960, cuja atribuição será designada ao Diretor do Departamento Legislativo.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 27 de setembro de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente

### 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 177ª Sessão Ordinária Realizada em 27 de Setembro de 1973 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Ovídio Franzoni.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domício Scaramella, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, João Fadel, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quilse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Fortes, Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima, Antônio Costa, Emílio Carazzai, Fuad Nacli, Nelson Buffara e Wilson Brandão (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
**EXPEDIENTE**:

#### REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 121-73.
- de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 162-73.
- de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 156-73.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Arnaldo Carnaciali.

Outrossim, solicita ainda da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada, na pessoa de sua esposa dona Juril Carnaciali, à rua Doutor Murici, 73.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1973.

(a) Ivo Thomazoni

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas prerrogativas regimentais, seja inserido voto de profundo pesar pelo falecimento, vítima de acidente automobilístico, do Senhor Ismael Batista de Souza, Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1973.

(a) Arthur de Souza

Em tempo: — Pede, que se dê notícia à família enlutada da decisão desta augusta Casa.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, que se registre um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Carvalho Monteiro ocorrido hoje em nossa Capital.

O extinto pessoa muito estimada, era filho do Senhor Manoel Borges Monteiro e de Dona Maria Carvalho Monteiro e deixa inúmeros irmãos.

Requer, outrossim, que desta decisão seja dado conhecimento aos seus pais.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1973.

(a) — Rosário Pitelli.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos de hoje de um voto de congratulações aos atletas de Maringá que participaram dos XVII Jogos Abertos do Paraná, à Prefeitura Municipal de Maringá e ao Presidente da Comissão Central Organizadora pelo apoio e incentivo que deram aos atletas, contribuindo para a brilhante vitória alcançada.

A equipe de atletas de Maringá demonstrou grande espírito desportivo competindo com equipes de outros Municípios paranaenses, conseguindo essa grande vitória nesse importante acontecimento esportivo do Estado.

Solicita-se, ainda que da decisão da Casa dê-se ciência aos Ilustríssimos Senhores Prefeito Municipal de Maringá e ao Presidente da Comissão Central Organizadora dos XVII Jogos Abertos de Maringá.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1973.

(a) — Jorge Sato.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos um voto de regozijo pelo transcurso do quinquentenário do 13.º Batalhão de Infantaria Blindada, sediado em Ponta Grossa.

Solicitamos também, que da homenagem da Casa se dê ciência à Corporação, na pessoa de seu Comandante Tenente Coronel Francisco Jorge Ganem.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1973.

(a) — David Federmann



**JUSTIFICATIVA:**

O 13.º Batalhão de Infanteria Blindada, com sede em Ponta Grossa, há cinquenta anos vem prestando os mais assinalados serviços à comunidade, tanto no setor de segurança como no de educação e instrução, constituindo-se, sem dúvida, um verdadeiro patrimônio de civismo. Ponta Grossa jubilosamente comemorará com expressivas solenidades tão grata efeméride Justo e oportuno que esta Casa associe-se a essa manifestação felicitando ao brioso batalhão.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, propõe à Casa a aprovação de um voto de regozijo pelo 6.º aniversário da criação do progressista Município caçula Nova Aurora, dando-se ciência ao seu Prefeito e Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1973.

(a) — Iris Caldart.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa após ciência e aprovação do Plenário seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes no sentido de que aquela autoridade autorize urgentes reparos nas estradas que demandam de Rorinha à cidade de Irati, principalmente no trecho de Paulo Frontin a Mallet, o qual acha-se subordinado ao 4.º Distrito Rodoviário com sede em União da Vitória, sendo que o trecho de Mallet a Irati está subordinado ao 15.º Distrito Rodoviário de Irati.

Justifica-se o pedido formulado face ao péssimo estado de conservação que se encontram as referidas estradas pelo completo abandono, que inevitavelmente, trazem dificuldades em seus trajetos.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1973.

(a) — Domicio Scaramella.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas prerrogativas e na forma disposta pelo Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário seja enviado um apelo a Sua Excelência Senhor Doutor Júlio Barata, Digníssimo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social e ao Congresso Nacional a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias para o reconhecimento da profissão de Cientista Social ou de Sociólogo.

A razão da apresentação deste expediente se prende ao fato da existência de grande número de licenciados em Sociologia ou Ciência Social, os quais não podem ser aproveitados nos diversos estabelecimentos de ensino, não só deste Estado, como de resto nas demais Unidades da Federação, pela circunstância da profissão já referida não ter sido ainda reconhecida, fato este que vem causando sérios e angustiantes problemas àquela classe.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1973.

(a) — Muggiati Filho.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário seja dirigido apelo ao Exmo. Senhor Governador do Estado no sentido de fazer incluir no Orçamento para o exercício financeiro de 1974, dotação destinada às obras do estádio "Pinheirão", tendo em vista tratar-se de empreendimento da mais alta importância para o desporto paranaense e, ainda a promessa feita anteriormente, pelo ilustre Presidente da Casa, João Mansur quando no exercício do Governo do Estado em visita àquelas obras.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1973.

(a) — Erondy Silvério.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Mesa, após ouvido o Plenário seja expedida correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda, Doutor Mauricio Schulman solicitando informações a respeito da incidência do I.C.M. sobre a batata.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1973.

(a) — Jorge Sato

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário seja enviada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda Doutor Mauricio Schulman, solicitando informações a respeito da incidência do I.C.M. sobre o Cal Virgem.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1973.

(a) — Jorge Sato.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual subscritor do presente, usando de suas atribuições regimentais, requer a transcrição nos Anais desta Augusta Assembleia Legislativa, do discurso proferido no último Convenção Nacional do MDB pelo seu Eminente Presidente, Deputado Ulisses Guimarães cuja cópia acompanha o presente.

Pede que, uma vez aprovado o presente, se dê ciência do mesmo e dessa deliberação ao ilustre candidato do MDB à Presidência da República.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1973.

(a) — Muggiati Filho.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.º — seja inserido na Ata dos trabalhos desta Sessão um voto de congratulações ao Exmo. Sr. Doutor Jayme Lerner, Digníssimo Prefeito Municipal de Curitiba, pela solenidade que marcou o início da instalação da primeira unidade fabril na Cidade Industrial de Curitiba efetivada a 25 de setembro do ano em curso.

2.º — seja, desta decisão dado ciência através de expediente de inteiro teor deste Requerimento ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1973.

(a) — João Fadel.

**JUSTIFICATIVA:**

A solenidade efetivada a 25 do mês em curso, de batimento de estaca

das instalações da primeira unidade fabril na Cidade Industrial de Curitiba, transcende em muito a simples concretização física de mais uma indústria que se implanta na terra dos pinheirais, para significar antes e acima de tudo, a vitória de uma nova filosofia quanto ao papel que o Poder Público Municipal de Curitiba deverá representar na orientação do processo de desenvolvimento industrial da região metropolitana, e que vem sendo defendida e executada pelo Prefeito Jayme Lerner com largueza de vistas e uma tonalidade de quem sabe o que quer o que sabe e entende mais adequado aos interesses do povo de Curitiba.

Com efeito a cidade industrial de Curitiba não será, após sua implantação definitiva, apenas mais um Distrito Industrial de uma cidade em expansão, mas constituir-se-á por suas próprias características de concepção, em verdadeira cidade, com plano urbano serviços de infra-estrutura — água e saneamento básico, — sistema de ensino e, especialmente amplos setores de lazer para sua população pois que a Cidade Industrial de Curitiba contará também, com um bairro residencial, que facilite o acesso dos trabalhadores às fábricas e, simultaneamente propicie a integração homem-trabalho que facilite a integração comunitária de seus moradores.

Além do mais, mesmo que se abstrasse os aspectos, pode-se dizer, humanísticos do projeto da Cidade Industrial de Curitiba, ainda assim ela teria alta significação para o contexto econômico metropolitano e, só por isso, por absorção de mão-de-obra, por sua qualificação técnica pela aplicação de vultuosos recursos econômicos para aqui transferidos e injetados nos vários setores de atividades e, ainda por haver equacionado racionalmente o problema de localização de unidades fabris na Capital, evitando o ônus futuro de poluição ambiental e sua correção, a Cidade Industrial de Curitiba, agora em início de implantação, constitui-se em marco de significativa conquista para o povo de Curitiba e, daí, entendermos oportuno receba o Exmo. Senhor Prefeito Jayme Lerner as congratulações deste Poder Legislativo extensivas a todo o povo da Capital do Estado.

Os Nobres Deputados certamente, bem entenderão a oportunidade do presente e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.º — seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor Alfredo Buzaid, Digníssimo Ministro da Justiça, encarecendo-lhe determine a realização de estudos visando a possibilidade do Governo Federal, declarar como de utilidade pública para fins de desapropriação, por interesse social, a área de 12 (doze mil) alqueires situada na localidade denominada Gleba 29 no Município de Querência do Norte deste Estado.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador do Estado para conhecimento.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1973.

(a) — João Fadel

**JUSTIFICATIVA:**

A opinião pública do Paraná teve sua atenção despertada pelo noticiário da imprensa da Capital da ocorrência de novo foco de tensão social que está ocorrendo na Região Noroeste do Estado, no Município de Querência do Norte onde cerca de 800 famílias de trabalhadores rurais estão sob ameaça de serem despejados judicialmente dos lotes que ocupam há quase vinte anos, em decorrência de feitos ajuizados na Comarca de Loanda.

É do conhecimento geral que no Paraná a ocupação das terras de lavoura, especialmente as da Região Norte e Noroeste, foi efetivada de modo desordenado não tendo o poder público orientado as levadas migratórias que ali se estabeleceram, promoveram a derrubada das matas e são responsáveis, em grande parte, pela pujança econômica de que desfruta nos dias de hoje o nosso Estado.

A ocorrência dessas lutas entre os que efetivamente possuem a terra e a cultivam e aqueles que somente promoveram sua documentação legal-geral, conseguida junto ao Governo do Estado sem estrita observância dos preceitos legais, comuns no início da década de 1960, hoje já não mais se justificam, especialmente porque a Revolução Democrática de 31 de março de 64, preocupando-se de modo elogiável com o sentido social da propriedade da terra, vem dando condições através de órgãos federais para que os trabalhadores rurais fiquem ao abrigo dos estúlios a que anteriormente estavam sujeitos.

No caso específico da chamada Gleba 29, do Município de Querência do Norte, há evidência de que o título do domínio em que se funda o requerente da ação de reintegração de posse, teria sido obtido de forma irregular, pois aquela área esta incluída na "faixa de fronteira" e assim o Estado do Paraná não poderia titulá-la sem prévia autorização do Senado Federal, o que parece não ter ocorrido, o que tornaria a titulação nula de pleno direito. A declaração como de utilidade pública, para fins de desapropriação, por interesse social de toda aquela área, seriam um ato de justiça e reconhecimento do Governo Federal para com aquelas 800 (oitocentas) famílias de trabalhadores rurais que há mais de vinte anos vêm contribuindo para a grandeza do Paraná e simultaneamente, faria com que o problema fosse equacionado rapidamente, sem maiores delongas e protelações que vem mantendo sob angustiada tensão aqueles nossos patrícios.

**PROJETO DE LEI:**

Projeto de Lei n.º 214-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga a cidade de Castro à estrada do Cerne, com uma extensão de 15 quilômetros aproximadamente.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1973.

(a) — Jorge Sato.

**JUSTIFICATIVA:**

O trecho que liga a estrada do Cerne à cidade de Castro tem, hoje um movimento maior do que o que liga esta cidade a Pirai do Sul, devido a Colonia Castrolanda e ao grande desenvolvimento da agricultura na região. A Prefeitura local não dispõe de meios para a conservação a fim de que a produção escasse sem dificuldades.

Daí a razão da nossa iniciativa que certamente, merecerá a atenção e o apoio dos nobres Pares.



O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.  
Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.  
Três fatos gostaríamos que fossem registrados nos Anais desta Casa.  
O primeiro deles é a satisfação que sentimos pelo restabelecimento do Nobre Deputado Antonio Bellinati em razão do acidente automobilístico que sofreu no começo desta semana.

O segundo, talvez nem todos tenham conhecimento, é referente ao jornalista Araucária Távora que se submeteu a uma delicada intervenção cirúrgica. Visitamos-o na manhã de hoje, e já está também restabelecido.

O terceiro, desejamos que fique registrado nos Anais da Casa é a nossa satisfação à revista "Paraná em Três Dimensões" na pessoa de seu Redator Chefe, nosso amigo Garcia Redondo nosso parente — ele assim o diz e assim o confirma.

Gostamos imensamente. É um belo exemplar e que isto sirva de estímulo ao ilustre jornalista Garcia Redondo para que prossiga o seu trabalho. A apresentação foi magnífica e temos certeza que terá sucesso em seu empreendimento.

Sr. Presidente srs. Deputados terça-feira passada a cidade de Londrina, toda ela, foi movimentada com uma reunião das mais proveitosas, com a presença do Sr. Secretário de Obras Públicas do Paraná Sr. Osiris Stenghel Guimarães e do Dr. Mario Brandalise, Presidente da SANEPAR, no Clube de Arquitetura e Engenharia de Londrina, para debater a adesão ao Serviço de Saneamento e de Abastecimento de Água de Londrina da PLANASA.

Depois da exposição que ambos fizeram sobre os objetivos e a filosofia do Governo ao saneamento básico, cuja íntegra a "Folha de Londrina" publicou na sua edição do dia 26 deste mês, nós pudemos verificar que o BNH é irreduzível quanto à filosofia da PLANASA; esta filosofia é ditada pelo próprio Governo Federal; não conseguirá nenhum Município, financiamento, cujo serviço não seja entregue à PLANASA através da SANEPAR.

Sr. Presidente, acredito, e acredito que expresse também o pensamento do Nobre Deputado Lázaro Dumont, que o Serviço de Água e Esgoto de Londrina seja talvez um dos mais perfeitos do Paraná; acredito que não haja um Município que tenha um serviço como vem apresentando o de Londrina, cuja rentabilidade anual apresenta um saldo positivo acima de 2,3 milhões de cruzeiros novos, numa taxa relativamente baixa, pequena. Entretanto, Sr. Presidente srs. Deputados o serviço de água de Londrina dá perfeitamente para mais 4 anos não dá fora deste tempo, porque há necessidade com a expansão demográfica, que Londrina atenda o seu abastecimento de água, trazendo água necessária à sua população do rio Tibagi.

Sr. Presidente, o diálogo foi o mais franco possível com os Vereadores, os 21 Vereadores com o Secretário Dr. Mário Brandalise, com o Prefeito Municipal com os dois Presidentes dos Diretórios Municipais da ARENA e MDB. Deste entendimento havido naquela reunião, somente um fato gostaríamos de lamentar — a maneira, e é claro que foi até involuntária porque conhecemos perfeitamente bem o Nobre Vereador do MDB, sabemos da sua finura, do seu trato com as pessoas e da maneira como ele recebeu as pessoas que lá dialogavam.

Sr. Presidente, mas, para que isto acontecesse o Prefeito Sr. José Richer fez algumas exigências muito sérias. — (Lê):

#### "Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. após ouvido o Plenário seja enviado Telegrama ao Senhor José Richa, Prefeito Municipal de Londrina e ao Senhor Romeu Curi, Presidente da Câmara Municipal daquele Município nos seguintes termos:

Congratulamos vossa entrega sas ao PLANASA vg visando solução a médio e longo prazo abastecimento água pt Apelamos vossa inclinação entre exigências estipuladas PLANASA assumo compromisso não aumentar tarifa período dois anos em vista acervo positivo receberá vg anos seguintes aumento não deveria ultrapassar índices fixados governo federal pt

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1973.

(a) — Olavo Ferreira".

Mas gostaríamos, Sr. Presidente de terminar, apenas fazendo um apelo ao Sr. Presidente da ARENA Vereadores de Londrina, à SANEPAR e também ao Prefeito nos seguintes termos: (Lê):

"Congratulo-me ilustre presidente ARENA pronunciamento favorável entrega sas PLANASA vg apelando ilustres companheiros bancada arenista municipal incluam exigências propostas item PLANASA de comprometa não aumentar tarifa período dois anos vista acervo positivo receberá vg anos seguintes acréscimo não deverá ultrapassar índices governo federal pt"

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Queria apenas destacar nesta reunião o surgimento da revista "Paraná em Três Dimensões", que como bem destaca em seu editorial, onde diz: "Estamos apresentando a nossa revista "Paraná em Três Dimensões". A verdade é que pretendemos multiplicar muitas vezes estas dimensões para oferecer aos leitores uma imagem verdadeira deste fabuloso torrão sulino, pleno de riquezas, onde florescem os cafezais cresce, soberana o soja o algodão, o trigo em meio a centenas de outras culturas tudo e todos dominados pelos frondosos pinheirais a cantarem epopéias de grandeza, progresso e bem estar".

Mas o destaque especial que gostaríamos de nos referir, ao Diretor Presidente, Sebastião José Leite Filho. Diretor responsável Garcia Redondo — Diretor Técnico Domingos Bianchi — Redatores: Sainc Cyr de Oliveira Rocha e Gilberto Foutoura.

Salientamos o destaque todo especial que a revista dá a este Poder Legislativo, a cobertura da Assembléia Legislativa, enviando as autoridades do Paraná, aos leitores do Paraná o que está sendo feito pelos Deputados em proveito do progresso e do desenvolvimento do Estado do Paraná. É portanto, com jubilo que deixamos consignado nesta reunião o surgimento desta revista "Paraná em Três Dimensões", e louvamos o gesto do sr. Diretor, Redatores e Funcionários pelo destaque todo especial que dá às atividades do Poder Legislativo. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.  
Embora com brevidade, queremos acrescentar ao nosso requerimento em

que pedimos a transcrição nos Anais desta Casa do discurso pronunciado pelo eminente Deputado Federal Ulisses Guimarães, no momento em que o lançamento da sua candidatura à Presidência da República pelo MDB, que o fizemos baseados muito menos em interesse político partidário e mais para que se registre nesta Casa uma obra de valor literário e político excepcionais.

Cumpra acentuar e também para que conste desta justificativa, que conquanto não atingisse a perfeição a recente Convenção Nacional do MDB, revelou ao Brasil que a classe política militante tem deixado de lado muitos vícios reconhecidos por todos nós e que lhe eram prejudiciais para colocá-la no seu devido lugar dentro da Nação.

Nesta demonstração de evolução e amadurecimento político, a peça oratória que ora pedimos a sua transcrição, não só tem a faculdade de reunir em torno de si a quase unanimidade do pensamento partidário de todo o emedebismo brasileiro, dissipando de uma vez por todas as injunções que poderiam haver e existir dentro do Partido, como também de estabelecer-se como um pensamento político que indiscutivelmente mereceu o respeito de todos quantos militam no Partido majoritário, de todos os seus ilustres membros.

Dai, Sr. Presidente, por se tratar de uma peça, e o dizemos até com inescandível orgulho, que ficará registrada na antologia política brasileira, pelo que ela representa em razão do Partido a que pertence o seu autor e em razão da vida política nacional, ao abordar os problemas cruciantes que têm a sua vivência no mundo político atual, estabelecendo normas muitas das quais se colocam acima dos interesses políticos partidários porque representam os verdadeiros interesses da própria Pátria brasileira, daí este Requerimento, Sr. Presidente, a fim de que nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná fique constando o discurso com que, embora sabendo impossível a viabilidade de sua candidatura, o eminente Presidente do Diretório Nacional do MDB, Deputado Ulisses Guimarães pregou, como talvez bem poucos em nossa Pátria o tenham feito até esta data, em favor dos mais sagrados princípios da Liberdade.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já foi lido, no Expediente da Casa, Requerimento de nossa autoria, pedindo informações à Telepar com referência aos novos serviços de telefone na cidade de União da Vitória, com extensão a Porto União, em Santa Catarina.

No nosso Requerimento perguntamos: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado Pedido de informação à Companhia Paranaense de Telecomunicações (TELEPAR), visando nos seguintes termos:

1 — Quantos aparelhos telefônicos, pretende a TELEPAR instalar nos Municípios de União da Vitória e Porto União, paralelamente?

2 — Quantos aparelhos já instalados pela COTESC (antiga concessionária), passaram à administração da TELEPAR?

3 — Qual a importância paga pelos usuários para o uso dos citados aparelhos telefônicos?

4 — Quantos telefones pretendia ainda instalar a COTESC, independente dos aparelhos já em funcionamento?

5 — Por qual razão pretenda a TELEPAR cobrar dos usuários já proprietários de telefones em União da Vitória e Porto União, a quantia de Cr\$ 2.900,00? Em caso afirmativo, pormenorizar os gastos que a Companhia terá para chegar a tal importância.

6 — Qual o destino a ser dado às importâncias pagas pelos usuários da região, à COTESC, aos telefones comprados e não instalados?

7 — As aludidas e veiculadas notícias dadas pela TELEPAR na parte referente à melhoria das linhas telefônicas de União da Vitória e Porto União não cabem, exclusivamente, à própria Companhia. Em caso negativo explicar em que parte do contrato vendedor-comprador está a cláusula que obriga o usuário à manutenção das mesmas.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1973".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa notícia é de estarrecer, porque lutamos desde o início de nosso mandato para que a Telepar estendesse a União da Vitória os serviços de discagem direta. Hoje, isso já está encetado com a concessão que era da Cotesc, Companhia Telefônica de Santa Catarina. Mas, o que nos surpreende é que mais de 500 telefones existiam e vai ser cobrado, dos mesmos, uma taxa exorbitante de 2 mil e 900 cruzeiros, quase o preço de um aparelho novo.

Então, fazemos este apelo ao Sr. Presidente da Telepar para que não onere mais os usuários, — e temos certeza que nosso Requerimento terá apoio de todos os Srs. Deputados — e que a Telepar cobre uma taxa razoável. Fazemos este apelo para que não se sacrifique mais os usuários daquelas cidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, também apresentamos um Requerimento para o qual pedimos o apoio do Sr. Presidente da Casa e do nobre Deputado Antônio Lopes Júnior e que diz respeito à estrada Mallet-Irati, no sentido de que o Sr. Diretor do DER providencie melhoria naquela estrada. Porque, em data de 23 do corrente, domingo, passamos por aquela estrada e ficamos surpresos com o abandono daquele trecho de Mallet a Irati, cidade onde temos dois dignos representantes, e que está subordinada ao 15.º Distrito Rodoviário.

Faço um apelo, no sentido construtivo porque, se necessário for, terei o prazer de convidar alguns Deputados para visitar aquele trecho de estrada. Não se justifica mais aquela estrada carroçável, quanto mais para dar trânsito os veículos que hoje têm que transitar por aquele trecho. Faço apelo ao ilustre Líder da Arena, também meu colega representante daquela Região, para que se dirijam ao 4.º Distrito Rodoviário, trecho de Mallet a Paulo Frontin, porque de Rondinha a Frontin, ainda podemos deixar de criticar, deixar de fazer essa crítica construtiva. Mas, de Paulo Frontin a Mallet, está nas mesmas condições que a de Mallet a Irati. Faço um apelo aos Deputados, — porque S. Exas. da ARENA têm mais acesso aos órgãos competentes — para que solicitem a melhoria dessas estradas.

Neste instante, visitando as cidades de Toledo, Cascavel, Porto Mendes e Guaíra, já tinha ouvido aqui nesta Casa a voz do Deputado Iris Caldart com referência também a essas estradas — ficamos surpresos ao verificar as péssimas condições das estradas.

Quando víamos as estradas de nossa Região, pensávamos que era só em nossa Região que estavam as mesmas completamente abandonadas pelo DER. Porém, visitando aquelas cidades, venho hoje me congratular com o apelo feito pelo Deputado Iris Caldart, porque por incrível que pareça, o abandono



lá é total. Existem, nas estradas conservadas pelo DER, boeiros entupidos, as águas correndo pelo meio das estradas, destruindo as mesmas.

Quero fazer um apelo construtivo ao Líder do Governo, para que se dirija aos órgãos competentes porque essas não são críticas demagogas, mas sim construtivas. É obrigação nossa, de todos os recantos de nosso Estado, por onde passamos, trazer os apelos da população, e usar de nossa Tribuna para dar conhecimento dos mesmos a esta Assembléia.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Com muita satisfação, com muita alegria, escuto o discurso de V. Exa., porque efetivamente, com relação às estradas do Oeste, por diversas vezes tivemos oportunidade de trazer o problema a esta Casa, fazendo nossas reivindicações, nossos apelos, sempre muito respeitosamente, sempre com completa ausência de fins políticos, de demagogia, com seriedade, com toda honestidade. Realmente, nobre Deputado, as estradas do Oeste do Paraná estão cada dia piores, principalmente agora com as chuvas que têm sido intermitentes nesses últimos meses. Não há mais condições de trânsito e o problema se agrava muito mais, principalmente nesta fase, quando começa a colheita do trigo. Palotina, Toledo, Cascavel, para atingirem a BR-277, como seria o natural, não têm um único meio de transporte. V. Exa. teve oportunidade de ver boeiros entupidos pontes caídas, não há condição de sair com aquela extraordinária produção, daquele fantástico Município que é Palotina. A mesma coisa saindo de Guaíra, trecho Marechal Cândido Rondon, Toledo e Cascavel, que é outro caminho que abrange outra região fabulosa de uma produção incalculável, notável. E também não tem trânsito. Se V. Exa. sair de Santa Helena, para ter saído até a BR-277, o problema ainda é pior. Se V. Exa. sair de Leonidas Marques, também para atingir esse corredor de exportação na BR-277, ou esse caminho para atingir o asfalto, também está intransitável. A situação do DER de Cascavel continua no mesmo, isto é, pior, porque hoje não tem nenhuma moto-niveladora em condições de funcionamento naquela região. Esse é um problema. Alertamos nesta oportunidade o Sr. Governador do Estado, porque a safra do soja também virá dentro de poucos meses e se nós, principalmente as cooperativas do projeto Iguaçu, que colhemos na safra passada dez a doze milhões de sacas de soja. Este ano, se a produção, se o resultado deste produto for razoavelmente bom, vamos dobrar a produção.

Pois bem, as Cooperativas daquela região têm condições de armazenar cerca de 4 a 5 milhões de sacas e a produção vai por volta de 20 milhões de sacas. Digo isto a alto e bom som. Além deste problema de estradas não há condições de estocagem do produto naquela Região. E isto é riqueza, riqueza da boa.

Não quero alongar-me porque outros pronunciamentos irei fazer desta Tribuna com bases sólidas, com estatísticas e com documentos que estou juntando diariamente.

Congratulo-me com V. Exa. e em nome daquela Região agradeço a intervenção de V. Exa.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte do nobre Deputado que vem colaborar com o nosso pensamento.

Tive a oportunidade e a honra de visitar a Região e fiquei impressionado ao ver as plantações de trigo que lá se encontram. Nós, que somos do Sul, somos quase que pobres perante aquela Região. Vimos à Tribuna para trazer este problema a título de colaboração aos pronunciamentos que V. Exa. tem feito.

Sugeriria aos homens do Governo que, junto ao Secretário dos Transportes e do Diretor do DER, solicitassem que fosse nomeada uma Comissão para percorrer essas estradas. Não estamos aqui para criticar os trabalhadores do DER que encontramos na Região porque são trabalhadores cansados e que contam apenas com máquinas estragadas. O DER precisaria reequipar os Distritos Rodoviários a fim de que eles pudessem conservar as estradas que não são asfaltadas. As estradas, praticamente todas elas, que tivemos a oportunidade de percorrer nos últimos dias, são estradas federais, conservadas pelo DNER, as estradas estaduais, nenhuma delas, dão trânsito em época de chuva.

Como jámos dizendo, deveria, dizemos isto de coração, ser constituída uma Comissão secreta para fazer estudos, para ver o que aquela gente está fazendo. A folha de pagamento do DER continua a mesma e ele tem que recuperar as máquinas e fazer aqueles operários e operadores de máquinas trabalharem.

Desde o início de nosso mandato temos nos batido com respeito a este problema. Já pedimos em épocas passadas, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que foi iniciada e não terminada.

Iremos trazer, a título de colaboração, algo muito sério com referência a determinados elementos sem escrúpulos que trabalham no DER e que utilizam os caminhões para fins particulares.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Há muitos anos que tenho a honra, nesta Casa, de cumprir um mandato que foi delegado pelo povo da Região do Sudoeste e do Oeste do Paraná, e sucessivamente eu assisti pronunciamentos dos mais diferentes Deputados dos diferentes Partidos, reclamando sempre a falta de melhores estradas, principalmente nas regiões mais pioneiras do Paraná. Não é novidade para ninguém, que nós não possuímos ainda as estradas ideais para o escoamento das extraordinárias safras de cereais que ali se produzem, mas, Deputado Domício Scaramella apenas para fazer justiça ao Governo implantado há pouco mais de mês e meio, está sendo estudada a possibilidade, a curto prazo, resolver-se o problema de escoamento das nossas safras. V. Exa. deve ter ouvido, foi anunciada desta Tribuna a próxima assinatura dos convênios entre o DER e as Prefeituras Municipais, para a conservação das estradas alimentadoras, aquelas inter-municipais que, segundo se sabe, há deficiência de máquinas, que impede o DER de uma melhor conservação. Esses convênios já lícitados, estão em condições de assinatura, nos próximos dias, com as Prefeituras, quando houverão de dar, sob sua responsabilidade, mediante pagamento por km de estrada, em espécie, que o Governo do Estado fará através do DER, haverão de dar um atendimento, eu quero acreditar, possível de manutenção melhor.

V. Exa. não desconhece também o fato de que no Paraná — não sei no Sul do Brasil — nos últimos 60 dias tem sido impossível qualquer serviço de melhoria ou de conservação de estradas, porquanto não temos tido estagiagem que propicie ao DER desenvolver qualquer trabalho de manutenção, de conservação das nossas rodovias, ainda com revestimento ou, sem revestimento. Mas agora já estão, com o plano do Governo do Estado, em condições de execução os projetos já lícitados à semana passada, V. Exa. deve ter lido pela imprensa a licitação da estrada União da Vitória-Pato Branco — amanhã deve ser editada a concorrência pública para a estrada Pato Branco-Francisco Beltrão — o ministro dos Transportes anunciando o asfaltamento da estrada Cascavel-Toledo e Cascavel-Campo Mourão.

As estradas alimentadoras também já estão com o plano sendo desenvolvido, e os convênios estão para, a curto prazo, com a maior urgência possível serem assinados. Quero crer que as perspectivas sejam as melhores que

de alguns meses ou anos atrás. Somente quero que V. Exa. acredite na disposição do atual Governo, em dar condições melhores de escoamento das nossas safras.

Era o aparte que me cabia fazer neste instante, quando V. Exa. com muita propriedade e sabedoria alerta o Governo deste problema que existe e até já o conhece.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Com muito prazer recebo este aparte do ilustre Líder do Governo, Deputado Ivo Tomazoni, que também conhece os problemas de estradas, principalmente na Região Sudoeste, melhor que nós. Mas quero dizer aqui, que acreditamos no novo Governo implantado há 1 mês e pouco. É um apelo que faço, para que essas estradas sejam ao menos conservadas. Como V. Exa. falou, chove há mais de 60 dias não só no Paraná, mas também em outros Estados. Temos conhecimento disso, porém ao menos que seja feita a drenagem das águas para que elas não percorram as estradas, para não haver a destruição. Esse é um serviço que pode ser feito; sabemos que não pode ser melhorada, mas, pode se fazer o escoamento das águas.

Apelo a V. Exa. e a todos os Srs. Deputados do Governo para que levem ao conhecimento das autoridades responsáveis. Porque não é uma crítica de agora, é uma crítica construtiva a qual temos a obrigação de trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados, porque somente neste sentido estaremos colaborando com o Governo. V. Exa. falou num convênio com a Prefeitura. Sabemos inclusive que o Secretário dos Transportes, Sr. Ivo Domingues, através de um diálogo, que a nossa Prefeitura também deveria fazer um convênio para a melhoria das estradas. Tenho a impressão que convênio com a Prefeitura haverá facilidade apenas na conservação de um interesse mais direto aos próprios responsáveis pelas comunas.

Vamos deixar aqui um voto de confiança ao Governo do Estado e ao Secretário dos Transportes, mas fazemos um apelo a V. Exa. para que nos ajude a solucionar o problema com a maior brevidade. Porque se V. Exa. percorrer todas as estradas do Oeste até Guaíra, inclusive as estradas que transitamos, a BR-277, ligando com a nossa cidade União da Vitória, constatará a veracidade do que acabo de afirmar. O trecho de estrada que liga Irati a Mallet nunca esteve em tão péssimas condições como agora. Nem carrocinha de colono pode transitar por aquela Região. Lá a água está correndo no meio da estrada, impedindo a passagem de qualquer tipo de veículo.

Não estamos, em absoluto, duvidando da boa vontade do Governo, temos certeza que o apelo feito por nós Deputados do MDB, terá o devido acatamento. E um apelo em colaboração também aos demais Srs. Deputados que fazem passagem por aquela Região.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Domício Scaramella, não quero contraditar o Deputado Ivo Tomazoni nem também fazer defesa de São Pedro, que nos últimos sessenta dias, segundo o nobre Deputado, vem fazendo cair água em demasia no Sul do País. Apenas gostaria de referir-me ao trecho do aparte do Deputado Ivo Tomazoni, acerca da promessa do Ministro dos Transportes, em um dos anúncios que S. Exa. fez ao parar no Paraná, sobre o asfaltamento ou abertura de novas estradas.

E que eu noto que o Ministro trata o Paraná em termos de promessas. Nos outros Estados, promove efetivamente realizações. S. Exa. passou várias vezes pelo Paraná anunciando uma série de obras até o final do ano, e eu não tive o prazer nem a oportunidade de vê-las iniciadas. Acredito que o Governador Emílio Gomes tem condições, mais que condições, tem o direito de exigir do Governo Federal, o tratamento todo especial para o Estado do Paraná. Há visto que as estatísticas, está aí a demonstrar, no ano de 1972, foram asfaltadas pelo Governo Federal mais de mil quilômetros. No Estado da Bahia, no Estado de São Paulo, no Estado do Rio Grande do Sul, e também largos trechos dos demais Estados da Federação. No Paraná, se não me engano, a contribuição do Governo Federal foi da ordem de 40 quilômetros. Acredito que o Governador do Paraná tem o direito de exigir do Governo Federal uma compensação pelo tratamento dado aos demais Estados da Federação em detrimento do Paraná no exercício de 1972. — Acredito aliás que parte daí a promessa que S. Exa. o Governador fez na Região em que represento juntamente com o nobre Deputado Ivo Tomazoni e outros Srs. Deputados, de que até o final do seu mandato, entregaria mais de mil quilômetros de estradas asfaltadas no Estado do Paraná. Creio sinceramente que as palavras do Governador do Estado devem partir deste raciocínio que eu exponho aqui, não são de que o Governo Federal tem obrigação de dar ao Paraná um tratamento, já não digo melhor, mas igual, ao que dispensa aos demais Estados da Federação tendo em vista que o Paraná contribui para o Governo Federal, uma parcela enorme de contribuição de que o Governo necessita para obter dólares e pagar as vultosas dívidas que tem contraído no exterior.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte do Deputado Sebastião Rodrigues Júnior e quero lembrar e fazer justiça. Não menosprezando as demais Regiões do Estado, quero dizer que a minha Região, União da Vitória, foi afortunada porque na atual administração do Ministro Mário Andreazza tivemos a satisfação de terminar a estrada, o trecho de São Mateus a União da Vitória, em 86 quilômetros e estamos iniciando a BR-153 que também vai saldar os compromissos que o Estado teria construindo a estrada União da Vitória a Sudoeste, em uma extensão de 80 quilômetros, para entroncamento com a BR-280.

Agradeço o aparte e lembro mais uma vez que a nossa Região, União da Vitória, teve mais sorte porque foi construída a estrada São Mateus-União da Vitória e a BR-153 está com os serviços de terraplanagem adiantados.

Todas as semanas estou junto, acompanhando com interesse e o Prefeito tem colaborado para dar acesso às máquinas das construtoras.

Deixo aqui o apelo a todos os Deputados, para que apoiem nosso Requerimento e aproveitarei todos os momentos em que se apresente uma oportunidade para fazer apelo, não só com referência à Cia. Telefônica, que acho uma injustiça o pensamento da TELEPAR em cobrar este preço elevado na melhoria dos telefones de União da Vitória, mas também com referência às estradas, e transmito aqui aos ilustres Deputados que também fazem parte comigo, para que esta Região seja melhorada. — Obrigado. — (Sem revisão de orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:



**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 28-73, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação, este, através do Instituto Nacional do Livro do Departamento de Educação Física e Desportos, visando aquisição de livros e cumprimento de programas de Educação Física. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28/73**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios e Termo Aditivo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, pelos órgãos a seguir especificados:

a) — Ministério da Educação e Cultura — Instituto Nacional do Livro — e Secretaria da Educação e Cultura, em 03.08.71, e respectivo Termo Aditivo, em 09.11.71, visando a execução do Programa Nacional do Livro Didático, no Estado do Paraná, bem como a dotar o aluno do curso primário dos livros necessários ao melhor rendimento escolar;

b) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento de Educação Física e Desportos — e a Secretaria da Educação e Cultura, através do seu Departamento de Educação Física e Desportos, em 08.03.72 e 18.05.72, em Brasília, para aplicação de recursos de acordo com o projeto, orçamento, cronograma e especificações, aprovados pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura;

c) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento do Ensino Médio e a Secretaria da Educação e Cultura, através do Conselho de Educação do Estado, em 26.06.72, em Brasília, objetivando a prestação de assistência técnica e financeira, pelo primeiro, ao Sistema de Educação do Estado do Paraná;

d) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento de Educação Física e Desportos, — a Secretaria da Educação e Cultura e os clubes: União Capão Raso Futebol Clube, Clube Atlético Paissandu, Vila Fany Futebol Clube, Esporte Clube Pinheiros, Vasco da Gama Futebol Clube e Sociedade Recreativa Esportiva Bangu, objetivando aplicação de recursos na ampliação e/ou recuperação das respectivas instalações desportivas; e,

e) — Ministério da Educação e Cultura — Secretaria Geral Programa Nacional da Carta Escolar, — e a Secretaria da Educação e Cultura, em 13.07.72, objetivando a estabelecer o regime de cooperação mútua na execução do Projeto Prioritário do Programa Nacional da Carta Escolar.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
(Ass. ilegível) — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
Álvaro Dias

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 33-73, que transfere ao Departamento Legislativo, a Seção de Autografia e suprime o item VII, do Artigo 23 do Regimento Interno. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33-73**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R e s o l v e :**

Art. 1.º — A Seção de Autografia, do Departamento Administrativo, com a competência definida pela alínea "a", inciso 1, do artigo 13, do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, passa a integrar o Departamento Legislativo, com subordinação à Divisão de Ordem do Dia e Autografia.

Art. 2.º — Fica criada a Divisão de Ordem do Dia e Autografia, compreendendo duas Seções:

- a) Seção de Ordem do Dia; e
- b) Seção de Autografia.

Art. 3.º — Fica suprimido o item VII, do artigo 28, do Regimento Interno, cujo texto consolidado foi aprovado pela Resolução n.º 11, de 16 de dezembro de 1960, cuja atribuição será designada ao Diretor do Departamento Legislativo.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em  
aa) — Gilberto Carvalho — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
Álvaro Dias

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 42-73, que aprova Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), objetivando execução de programas de alfabetização, no corrente ano. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 42-73**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R e s o l v e :**

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 30.03.73, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, objetivando estabelecer condições no sentido da execução de programas de alfabetização para o Estado do Paraná, no corrente ano.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
aa) — Gilberto Carvalho — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
Álvaro Dias

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 3-72, que denomina "Deputado Olívio Belich", um dos Grupos Escolares desta Capital. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 03-72**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar Deputado Olívio Belich, um dos Grupos Escolares da Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
aa) — Gilberto Carvalho — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
Álvaro Dias

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 29-73, que declara de Utilidade Pública a Associação Colégio dos Anjos, da cidade de Pirai do Sul. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 29-73**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Colégio dos Anjos, da cidade de Pirai do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
aa) — Gilberto Carvalho — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
Álvaro Dias

**3.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 212-72, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga o Município de Marmeleiro no Estado do Paraná, ao Município de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

**3.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 43-73, de autoria do Dep. Quilise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo passar à responsabilidade do D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga as sedes dos Municípios de Itaguapé e Colorado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

**3.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 62-73, de autoria do Dep. Quilise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, proceder asfaltamento da rodovia que liga a sede do Município de Colorado à rodovia PR-71, passando pelos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Guaraci e Jaguapitã. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

**3.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 91-73, de autoria do Dep. Cândido M. M. de Oliveira, que declara de Utilidade Pública a "Congregação Mariana de Jovens da Catedral", com sede e foro nesta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

**3.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 124-73, de autoria do Dep. Fabiano B. Côrtes, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Colombo, os implementos agrícolas que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

**3.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 183-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 74-73, encaminhando anteprojeto de Lei visando majorar para 3 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, o valor das pensões mensais de que tratam as Leis n.ºs. 4.763, de 5.11.63 e 54-63, de 22.11.63 e artigo 2.º da Lei n.º 5.155 de 16.6.65. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com EMENDA, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

**2.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 45-73, de autoria do Dep. Igo Losso, que acresce parágrafo que especifica, ao artigo 27, da Lei n.º 5.615, de 11.8.67. Parecer favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, com Substitutivo, artigo por artigo.**

**2.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 94-73, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que determina fixação obrigatória de critério para realização de despesas pela Administração Pública ou órgão da Administração Indireta, com Publicidade e Divulgação. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**2.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 125-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que denomina "São Luiz", o atual Distrito Administrativo de São Francisco de Sales, Município de Clevelândia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

**1.a DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 39-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 99-73, que aprova Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os órgãos que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39-73**

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná e a Campanha Nacional de Educação dos Cegos, Salário-Educação, Departamento Regional do SENAI, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz e Município de Capanema.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1973  
(Ass. ilegível) — Presidente  
(Ass. ilegível) — Relator  
(Assinaturas ilegíveis)

**P A R E C E R A O**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39-73**

**A MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 24-73 — PROPOSIÇÃO 99-73**

1 — A presente proposição constitui-se da Mensagem Governamental n.º 24-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, de um lado, e a Campanha Nacional de Educação dos Cegos, Salário-Educação, Departamento Regional do SENAI, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz e Município de Capanema.

2 — Referidos Convênios enquadram-se na competência deferida ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, e por força do que dispõe o art. 22, inciso VII, da mesma Constituição.



ção cabe à Assembléia Legislativa referendar os Convênios aludidos, o que ora fazemos, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

##### P A R E C E R

**AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39-73 — EX-PROPOSIÇÃO N.º 99-73**  
1 — o projeto ora em exame, de autoria da douta Comissão de Constituição e Justiça, origina-se da Mensagem Governamental n.º 24-73, encaminhada a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica dos Convênios e Acordo celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, e os órgãos a seguir enumerados, com as finalidades seguintes:

a) Campanha Nacional de Educação dos Cegos, do Ministério da Educação e Cultura, em 21.07.72, na cidade de São Paulo, para aplicação de recursos em despesas de custeio no desenvolvimento das atividades do Setor de Educação dos Deficientes Visuais;

b) Ministério da Educação e Cultura, em 29.09.72, na cidade de Brasília, para aplicação de recursos de Salário-Educação, instituído pela Lei n.º 4.440, de 17 de outubro de 1964, em projetos e atividade constantes do Plano de Aplicação elaborado de acordo com as diretrizes do D.E.F.;

c) Departamento Regional do SENAI, no Paraná, termo de Acordo, em 03.10.72, objetivando estabelecer Planos Cooperativos de Educação Supletiva, como específica;

d) Ministério de Educação e Cultura — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em 03.11.72, na cidade de Curitiba, objetivando a prestação de assistência técnica pelo INEP, na elaboração e desenvolvimento de projeto de pesquisas educacionais;

e) Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, do Município de Capanema, em 08.11.72, em Curitiba, com a finalidade de construir na cidade de Capanema, um prédio com dois pavimentos, estrutura mista, e praça de esportes destinada à instalação de um estabelecimento de ensino de 1.º Grau, nos moldes da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971;

f) Prefeitura Municipal de Curitiba, em 1972, objetivando a construção de vestiários, quadras de Basquete, Futebol de Salão, Voleibol, Andebol, Sala de Ginástica e Jogos de Salão, Sala para guarda de material e reparo do Campo de Futebol, nas praças esportivas que especifica, e;

g) Ministério da Educação e Cultura — Instituto Nacional do Livro, em 1972, visando à execução do Programa Nacional do Livro Didático, no Estado do Paraná, bem como a dotar o aluno do curso primário dos livros necessários a melhor rendimento escolar.

2 — Sobre o aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não vemos qualquer óbice na sua APROVAÇÃO, desde que na forma do SUBSTITUTIVO GERAL anexo, que nos permitimos de oferecer, com a devida venia, ao presente Projeto de Resolução, de vez que no mesmo deixou de constar alguns órgãos relacionados na Mensagem Governamental.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39-73

##### Projeto de Resolução

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios e Acordo celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os órgãos a seguir especificados:

a) Campanha Nacional de Educação dos Cegos, do Ministério da Educação e Cultura, em 21.07.72, na cidade de São Paulo, para aplicação de recursos em despesas de custeio no desenvolvimento das atividades do Setor de Educação dos Deficientes Visuais;

b) Ministério da Educação e Cultura, em 29.09.72, na cidade de Brasília, para aplicação de recursos de Salário — Educação, instituído pela Lei n.º 4.440, de 17 de outubro de 1964, em projetos e atividade constantes do Plano de Aplicação elaborado de acordo com as diretrizes do D.E.F.;

c) Departamento Regional do SENAI, no Paraná, termo de Acordo, em 03.10.72, objetivando estabelecer Planos Cooperativos de Educação Supletiva como específica;

d) Ministério de Educação e Cultura — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em 03.11.72, na cidade de Curitiba, objetivando a prestação de assistência técnica pelo INEP, na elaboração e desenvolvimento de projeto de pesquisas educacionais;

e) Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, do Município de Capanema, em 08.11.72, em Curitiba, com a finalidade de construir na cidade de Capanema, um prédio com dois pavimentos, estrutura mista, e praça de esportes, destinada à instalação de um estabelecimento de ensino de 1.º Grau, nos moldes da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971;

f) Prefeitura Municipal de Curitiba, em 1972, objetivando a construção de vestiários e sanitários, quadras de Basquete, Futebol de Salão, Voleibol, Andebol, Sala de Ginástica e Jogos de Salão, Sala para guarda de Material e reparo do Campo de Futebol, nas praças esportivas que especifica, e;

g) Ministério da Educação e Cultura — Instituto Nacional do Livro, em 1972, visando à execução do Programa Nacional do Livro Didático, no Estado do Paraná, bem como a dotar o aluno do curso primário dos livros necessários a melhor rendimento escolar.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de 6 de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Gilberto Carvalho — Relator

#### PARECER DA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39-73

O Projeto de Resolução n.º 39-73, oriundo de Mensagem Governamental visa a aprovação por esta Assembléia de diversos Convênios celebrados entre

o Estado e órgãos que especifica, ligados à educação. Nada temos a opor. Somos pela sua aprovação.

Sala de Reuniões, em 12 de setembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

#### MENSAGEM 24-73

Curitiba, 22 de março de 1973

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os órgãos que especifica, no ano de 1972, como segue.

MEC/DEC/Campanha Nacional de Educação dos Cegos — (21.07.72);

MEC/Salário-Educação — (29.09.72);

Departamento Regional do SENAI, no Paraná — (03.10.72);

MEC/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — (03.11.72);

Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz e Município de Capanema — (08.11.72);

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Oswaldo Santos Lima

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

Prefeitura Municipal de Curitiba — (1972);

MEC/Instituto Nacional do Livro — (1972);

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

João Mansur — Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

#### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Departamento de Educação Complementar

#### CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE CEGOS

Convênio que entre si estabelecem a Campanha Nacional de Educação dos Cegos e a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná, no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), para aplicação em despesas de custeio no desenvolvimento das atividades do Setor de Educação dos Deficientes Visuais.

A Campanha Nacional de Educação dos Cegos, representada neste ato pela sua Diretora Executiva, Prof.ª Dorina de Gouvêa Novill, e a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná, representada pelo seu Secretário, Dr. Roberto Linhares da Costa, firmam o presente convênio mediante adoção das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — A Campanha Nacional de Educação dos Cegos transferirá à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná recursos financeiros no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) que serão aplicados conforme o plano de aplicação elaborado pela Secretaria e que fica fazendo parte do presente convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA — Os encargos previstos na Cláusula Primeira correrão por conta do projeto 55.02.0907.1.028 — “Desenvolvimento de Programas de Educação Especial” — Salário Educação — 72, empenho n.º 03 — FNDE de 21 de julho de 1972.

CLÁUSULA TERCEIRA — A importância de que trata a Cláusula Primeira será aplicada de acordo com a discriminação de despesas abaixo relacionadas:

Elemento de Despesa: 3.2.1.0 — Transferências Correntes	
Material de Consumo .....	Cr\$ 8.000,00
Serviços Pessoais .....	Cr\$ 10.000,00
Outros Serviços de Terceiros .....	Cr\$ 12.000,00
Encargos Diversos .....	Cr\$ 10.000,00
<b>T O T A L . . . . .</b>	<b>Cr\$ 40.000,00</b>

CLÁUSULA QUARTA — Compete à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná;

Negócios da Educação e Cultura do Paraná:

a) apresentar ao ato da assinatura do presente Convênio o plano de aplicação para os recursos recebidos, com custos unitários;

b) prestar contas perante o Setor de Administração financeira e Contabilidade da Campanha Nacional de Educação dos Cegos, obedecendo as instruções desta, e respeitadas as exigências e prazos legais, sobre o assunto;

c) enviar relatórios trimestrais e um final de acordo com o andamento dos serviços executados.

CLÁUSULA QUINTA — Compete à Campanha Nacional de Educação de Cegos:

a) fornecer assistência técnica, quando solicitada pela Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná;

b) — efetuar o acompanhamento e fiscalização de cumprimento deste termo;

c) — cumprir a alínea “a” da Cláusula Quarta, liberar os recursos de que trata a Cláusula Primeira dentro do cronograma de desembolso.

CLÁUSULA SEXTA — Os recursos previstos neste Convênio serão creditados em conta vinculada, específica, no Banco do Brasil S.A., em nome da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná para movimentação exclusivamente no atendimento de despesas, em conformidade com o plano de aplicação.

CLÁUSULA SÉTIMA — A Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná compromete-se:

a) aceitar como parte deste convênio, os dispositivos que regem a ação do governo no que concerne à coordenação da execução e à avaliação das atividades constantes do plano de aplicação;

b) dar ampla divulgação às atividades financiadas com os recursos deste convênio;

c) apresentar a Campanha Nacional de Educação dos Cegos no prazo de até trinta (30) dias após o término da vigência deste convênio, a prestação de contas, na forma aqui estabelecida e de acordo com o plano de aplicação aprovado.

CLÁUSULA OITAVA — As alterações dos planos de aplicação dependerão de prévia anuência da Campanha Nacional de Educação dos Cegos.

CLÁUSULA NONA — A prestação de contas será entregue em três vias, na Campanha Nacional de Educação dos Cegos e constará de:

a) cópia autêntica do plano de aplicação;



- b) demonstrativo de execução do plano de aplicação;
- c) cópia autêntica do extrato de conta corrente bancária especial;
- d) prova de publicação do convenio no órgão da Imprensa Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA — Acompanhará a prestação de contas as primeiras vias dos documentos comprobatórios da despesa, emitidos em nome da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná, não podendo conter rasuras, emendas ou borrões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — A autoridade que atestar a prestação do serviço ou o recebimento do material não poderá ser o ordenador da despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Em todos os documentos deverá constar a indicação do nome, cargo ou função do que firmar a declaração, bem como do Ordenador das Despesas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — Deverá acompanhar as notas fiscais as faturas e recibos correspondentes. Os recibos poderão ser, entretanto, passados nas próprias notas fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — Nas faturas como nas notas fiscais deverá constar a descrição detalhada do material fornecido, quantidade, marca, preço unitário e global e outras discriminações que descrevam e identifiquem o material adquirido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — No caso de não ser o fornecedor firma comercialmente estabelecida deve ser reconhecida sua assinatura e aposto seu endereço no corpo do recibo, referendado por duas testemunhas, atendidas as formalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — Quando se tratar de serviços prestados e o recibo for passado "a rogo", deverão ser reconhecidas as assinaturas das duas testemunhas que assistirem ao ato, bem como ser feita a anotação de seus endereços e números das respectivas carteiras de identidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — Nos recibos deverão constar:

- a) o exercício e a origem dos recursos;
- b) discriminação minuciosa quanto à natureza do pagamento;
- c) data e assinatura do recebedor;
- d) declaração de execução com data não posterior a que o favorecido assinar o recibo;
- e) "pague-se" também com data não posterior à que o favorecido assinar o recibo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — Os processos de licitação montados conforme prescreve o Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, deverão ser anexados aos documentos a que se referem.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA — Os saldos verificados após a execução das atividades e que não tiverem sido utilizados em revisão do plano de aplicação, deverão ser recolhidos, devendo o respectivo recibo constituir documento de prestação de contas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA — Fica eleito o Foro da Capital da República para dirimir quaisquer dúvidas que se originarem na execução do presente convenio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA — O presente convenio terá vigência até 31 de outubro de 1.972, com prorrogação de prazo a critério desta Campanha.

E, por estarem de pleno acordo com as Cláusulas e condições anteriores, firmam o presente instrumento perante as testemunhas a seguir.

São Paulo, 21 de julho de 1972.

as) DORINA DE GOUVEIA NOWILL

Diretora Executiva da Campanha Nacional de Educação dos Cegos

ROBERTO LINHARES DA COSTA

Secretário da Educação e Cultura do Estado do Paraná.

TESTEMUNHAS:

ass. Maria de Lourdes Canziani — Eny Cardonar.

Térmo de Convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado do Paraná para aplicação de recursos do Salário Educação, instituído pela Lei n.º 4.440, de 17 de outubro de 1964.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 39-73

Aos (29) dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e setenta e dois (1972), presentes no Gabinete do Ministro da Educação e Cultura o respectivo titular, Jarbas Gonçalves Passarinho, e o Senhor Pedro Viriato Parigot de Souza, Governador do Estado do Paraná deliberaram assinar o presente convenio que regulará as obrigações decorrentes da aplicação dos recursos oriundos do Salário-Educação, instituído pela Lei n.º 4.440 de 17. 10.64, em cumprimento ao que determina o § 1.º, do artigo 177 da Emenda constitucional n.º 1 de 17 de outubro de 1969, e artigo 54 da Lei 5692 de 11 de agosto de 1971, de conformidade com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Para execução do presente convenio, o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Fundamental que no presente se denominará "DEF" entregará ao Estado do Paraná que no presente se denominará "Estado", a importância de Cr\$ 9.519.745,53 (nove milhões, quinhentos e setenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e três centavos), à medida em que lhe forem sendo creditados, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação os recursos da quota federal do Salário-Educação e o Estado comprove a execução segundo a programação prevista no Plano de Aplicação constante da Cláusula Segunda.

CLÁUSULA SEGUNDA — O Estado obriga-se a aplicar os recursos de que trata o presente convenio em projetos e atividade constantes do Plano de Aplicação elaborado de acordo com as diretrizes do DEF e aprovado pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura.

CLÁUSULA TERCEIRA — O Plano de Aplicação referido na cláusula anterior, a Sistemática Operacional, as instruções para prestação de contas e as normas para a reformulação de Planos de Aplicação fazem parte integrante deste convenio.

CLÁUSULA QUARTA — A liberação dos recursos deste convenio será feita por projeto ou atividade e em parcelas obedecidos os seguintes critérios:

- a) A liberação da primeira parcela será efetuada logo após a aprovação do Plano de Aplicação e sua publicação no órgão de Imprensa Oficial.
  - b) As parcelas subsequentes serão liberadas conforme as necessidades reveladas no acompanhamento pelo DEF da execução física e financeira dos projetos e atividade do Plano de Aplicação que será comprovada pelo Estado.
- CLÁUSULA QUINTA — O Estado compromete-se a:
- a) nos termos da Lei 5.537 de 21.11.1968 comprovar o emprego de recursos destinados a educação oriundos da receita orçamentária própria, acompanhada dos respectivos planos e dos relatórios físicos e contábeis da aplicação;
  - b) aceitar, como parte integrante do presente convenio, os dispositivos que regem o entrosamento entre os poderes Federal, Estadual e Municipal no que

concerne a coordenação da execução e à avaliação dos projetos e atividade decorrentes deste termo de convenio;

c) dar ampla divulgação aos projetos e atividades financiados com os recursos deste convenio;

d) apresentar ao DEF, no prazo de 60 (sessenta) dias do termino da vigência deste convenio, a prestação de contas, organizada pelo seu órgão de contabilidade analítica dos recursos decorrentes do presente convenio na forma das diretrizes e de acordo com o Plano de Aplicação aprovado.

e) designar, desde já, o Secretário de Educação ordenador da despesa do presente convenio.

CLÁUSULA SEXTA — A despesa com a execução deste convenio, na importância de Cr\$ 9.519.745,53 (nove milhões, quinhentos e setenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e três centavos) correrá à conta de recursos provenientes do Salário-Educação, previstos no Orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para o exercício de 1972, sob a classificação abaixo tendo sido comprometida conforme empenhos indicados.

1) Projeto: Operação-Escola  
Elemento de Despesa: 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial.

Empenho n.º 511-FNDE, de 20.09.72. Valor: Cr\$ 3.537.831,74.

2) Projeto: Plano de Carreira do Magistério do Ensino Fundamental no Setor Público.

Elemento de Despesa: 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programa Especial.

Empenho n.º 534-FNDE, de 29.09.72. Valor: Cr\$ 30.173,914

3) Projeto: Reformulação de Currículos do Ensino Fundamental.

Elemento de Despesa: 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial.

Empenho n.º 580-FNDE, de 29.09.72. Valor: Cr\$ 21.739,13

4) Projeto: Projetos Especiais

Elemento de Despesa: 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial.

Empenho n.º 603-FNDE, de 29.09.72. Valor: Cr\$ 4.772.564,47.

5) Atividade: Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Fundamental e Normal.

Elemento de Despesa: 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

Empenho n.º 557-FNDE, de 29.09.72. Valor: Cr\$ 1.157.436,28

CLÁUSULA SÉTIMA — O prazo máximo para dar entrada no DEF de proposta de reformulação de cada um dos Planos de Aplicação relativos aos projetos e atividade mencionados na Cláusula Sexta deste convenio será de 31 de outubro de 1972, nos termos da Portaria Ministerial n.º 413, de 6 de julho de 1971.

CLÁUSULA OITAVA — O Ministério da Educação e Cultura, em caso de descumprimento de cláusula de convenio já celebrado, poderá reter, para aplicação direta, a liberação de parcelas deste convenio até o total cumprimento das obrigações assumidas pelo Estado desde que se trate de obrigatoriedade de manutenção de Escolas.

CLÁUSULA NONA — O presente convenio poderá ser rescindido independentemente de interposição judicial ou extrajudicial no caso de infração comprovada de qualquer de suas cláusulas, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, sendo que o inadimplemento por parte do Estado de qualquer das disposições do presente convenio, sem motivo justificado e expressamente aceito, implica na inabilitação para firmar outro da natureza ou finalidade deste até integral cumprimento das obrigações aqui assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA — O presente convenio terá vigência a partir de sua publicação no órgão de Imprensa Oficial até 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data da comunicação feita pelo DEF ao Estado relativa a liberação da última parcela dos recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — Fica eleito o foro desta Capital para dirimir quaisquer dúvidas que se originarem na execução do presente convenio.

E por estarem acordes, lavra-se este convenio, que vai assinado pelas partes interessadas e pelas testemunhas abaixo.

Brasília, 29 de setembro de 1972.

JARBAS G. PASSARINHO

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

as. ilegível

Térmo de Acordo de Cooperação que entre si fazem o Governo do Estado do Paraná e o Departamento Regional do SENAI Capital.

Aos três dias do mês de outubro, do ano de um mil novecentos e setenta e dois, no Departamento Jurídico da Secretaria da Educação e Cultura, à rua Cruz Machado 66; 11.º andar, em Curitiba, presentes de um lado o Doutor Roberto Linhares da Costa Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, representando o Governo do Estado do Paraná e do outro o Departamento Regional do SENAI, do Paraná, representado pelo Presidente do Conselho Regional Engenheiro Mário de Mari e pelo Diretor Regional, Antonio Theolindo Trevizan, devidamente autorizado pelo Conselho Regional, conforme consta da Ata de sua reunião, realizada em doze de junho de um mil novecentos e setenta e dois, tendo em vista o recíproco interesse existente entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o Estado do Paraná, na criação e desenvolvimento de um sistema de ensino supletivo capaz de atingir aos objetivos previstos pela Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1.971, que fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1.º e 2.º Graus (Arts. 24 a 28), e bem assim na utilização dos recursos técnicos em pessoal e material do SENAI, para proporcionar, a uma considerável parcela de educandos créditos relativos à habilitação profissional mínima exigida pela Lei a nível do 2.º Grau (art. 4.º — II — § 3.º);

— considerando que a Lei deixou bem claro que no desenvolvimento das potencialidades do educando somam-se duas parcelas distintas: uma de educação geral ou social e a outra de formação especial ou econômica (art. 5.º, § 1.º);

— considerando que na mesma proporção que o Estado, através de sua Secretaria de Educação, dispõe de pessoal habilitado para ministrar educação geral, a nível de 1.º e 2.º Graus, possui o SENAI organização administrativa recursos materiais e humanos que o habilitam a ministrar com eficiência a formação especial, dentro de uma extensa gama de ocupações industriais;

— considerando que a conjugação de recursos materiais e humanos do Estado e do SENAI, terá o efeito multiplicador resultante da soma das capacidades técnicas e didáticas das duas partes;

— considerando que a colaboração resultante do presente acordo permitirá



uma maior participação do SENAI, nos planos de desenvolvimento econômico do Estado;

— considerando que a maioria dos jovens de 14 anos de idade que frequentam cursos de aprendizagem (art. 27), necessitam completar sua educação geral a nível de 1.º Grau para serem considerados capacitados ao exercício de ocupações qualificadas (art. 47);

— considerando que a conjugação de esforços entre o Estado e o SENAI proporcionará ampla oportunidade para novas experiências nas áreas da metodologia e do desenvolvimento científico e tecnológico;

— considerando, que novos empreendimentos no campo da pesquisa do mercado de trabalho, da análise ocupacional, da organização e estruturação de currículos e programas de ensino terão melhores condições de êxito com a conjugação de esforços decorrentes da cooperação entre a Secretaria da Educação e o SENAI;

— considerando que a cooperação em vista, com base na divisão do trabalho e na racionalização do ensino, oferecerá maiores rendimentos do que a ação isolada de cada um;

— considerando que o SENAI possui estabelecimentos de ensino técnico em seis dos principais centros de desenvolvimento econômico do Estado, os quais devidamente ajustados ao novo sistema, poderão servir de padrão para os novos empreendimentos educacionais dentro do novo conceito de educação introduzido pela Lei n.º 5.692, referida;

— considerando que a participação do Estado, contribuindo com o ônus da educação geral, permitirá ao SENAI expandir sua ação principalmente nos setores de pesquisa do mercado de trabalho, da análise ocupacional, da elaboração de material didático destinado à formação especial (profissional), todos de suma importância na implantação progressiva do novo regime educacional de significativo valor, fornecendo subsídios concretos para o aperfeiçoamento do Plano Estadual de Educação;

— considerando que o ensino supletivo, quer na parte de educação geral quer na parte de formação especial, ou em ambas virá trazer considerável contribuição para o equilíbrio econômico e a justiça social, através do aumento de produtividade da força de trabalho;

— considerando que o aumento do contingente de trabalhadores classificados criará maior abundância de emprego, inclusive para mão-de-obra não qualificada;

— considerando que a articulação, do regime de aprendizagem estabelecido na Lei n.º 5.692, com a Lei específica (Decreto-Lei 9.576, de 12 de agosto de 1946), virá aumentar as oportunidades de emprego para grande número de jovens em idade legal para o trabalho ora entregues à ociosidade nos bairros urbanos.

Resolvem firmar o presente acordo de cooperação, mediante as cláusulas e condições seguintes: **CLAUSULA PRIMEIRA:** O presente acordo tem por objetivo estabelecer, para períodos variáveis de um ou mais anos, "Planos Cooperativos de Educação Supletiva" com o objetivo de ministrar cursos de aprendizagem a menores de 14 a 18 anos e cursos intensivos de qualificação profissional, os cursos de aprendizagem e intensivos de qualificação profissional incluirão disciplinas, áreas de estudo e atividades que o tornem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleceu as normas dos vários sistemas. § 1.º — visando a promoção social ou econômica do trabalhador poderão ser incluídos no Plano cursos supletivos de ensino a nível de 1.º e 2.º graus, tanto na área da educação geral, como na da formação especial. **CLAUSULA SEGUNDA:** — Ao SENAI, na qualidade de entidade executora, caberá: 1.º) — Contribuir com equipamentos e instalações de seus Centros de Formação Profissional existentes ou que venham a ser criados em condições de ministrar cursos de aprendizagem qualificação ou habilitação, profissional, podendo ser utilizados desde logo os Centros localizados em Curitiba, Ponta Grossa, Telmaco Borba, Londrina, Maringá e Paranaguá; 2.º) — A conservação e manutenção dos prédios próprios; 3.º) — utilizar na execução do Plano instalações e equipamentos que vierem a ser empregados no aumento da capacidade dos atuais Centros de Formação Profissional ou de novos; 4.º) — Fornecer toda matéria prima de aprendizagem, material didático e outros materiais, sempre que não for prevista a participação da Secretaria da Educação, nos programas, projetos ou atividades, aprovados por ambas as partes; 5.º) — o recrutamento, a seleção, a especialização e custeio, no todo ou em parte dos instrutores professores da parte de formação especial de aprendizagem, qualificação ou habilitação profissional necessários à execução dos projetos componentes do "Plano"; 6.º) — criar e manter uma equipe permanente de técnicos, em análise ocupacional, estruturação de currículos, elaboração de programas e material didático destinado à parte de formação especial; 7.º) — a admissão de pessoal auxiliar, técnico e burocrático, tais como desenhista, artefices e auxiliares de escritório, exigidos pela ampliação de suas atividades; 8.º) — o aproveitamento integral e exclusivo de seu pessoal técnico de nível superior, necessário à execução do "Plano" e ampliação de suas atividades; 9.º) — a construção de novos pavilhões ou a adaptação dos já existentes, visando a instalação de novas oficinas ou laboratórios em Curitiba; 10.º) dentro de suas possibilidades orçamentárias, instalar novos Centros de Formação Profissional, nos principais polos de desenvolvimento econômico do Estado, utilizando sempre que aconselhável para evitar a saturação do mercado de trabalho equipamentos intercambiáveis; 11.º) — concorrer, no todo ou em parte, com a merenda ou sopa escolar; 12.º) — a manutenção e conservação de equipamentos e o custeio das taxas de energia elétrica e de água, seguros e outras despesas correntes, sempre que incidirem em prédios próprios; 13.º) — a instalação e manutenção de um gabinete de psicotécnica para apoio aos serviços de seleção, orientação profissional e educacional; 14.º) — manter um serviço permanente de colocação de alunos capacitados para o exercício de uma ocupação e supervisão de estágios; 15.º) — a promoção e o custeio, no todo ou em parte de seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização de professores das áreas de educação geral e formação especial; 16.º) — a promoção periódica de levantamentos do mercado de trabalho e necessidade de mão-de-obra que deverão orientar a formação especial (art. 5.º, § 2.º, letra "b"; 17.º) — a execução de todo ou qualquer programa projeto ou atividades componentes do "Plano Cooperativo de Educação Supletiva". **CLAUSULA TERCEIRA:** Ao Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, caberá: 1.º) — colocar à disposição do SENAI todo o pessoal docente necessário à execução dos programas, projetos ou atividades componentes do "Plano", na área da educação geral, para ministrar ensino supletivo com equivalência da 5.ª a 8.ª séries, do 1.º grau; 2.º) — colocar à disposição do SENAI, para ministrar ensino a nível de 2.º grau, da parte de educação geral e/ou de formação especial pessoal docente ou contribuir para o seu custeio, sempre que for previsto nos respectivos programas, projetos ou atividades; 3.º) — sempre que for previsto nos programas, projetos ou atividades aprovadas por ambas as partes fornecer matéria

prima de aprendizagem, material didático e outros materiais de consumo no todo ou em parte ou ainda contribuir para a sua aquisição; 4.º) — prestar colaboração técnica através de pessoal especializado na elaboração de currículos destinados a ensino supletivo de 1.º e 2.º graus e bem assim a fixação dos créditos para as habilitações do 2.º grau; 5.º) — idem, no estudo e equacionamento dos problemas de intercomplementaridade; 6.º) — através da Secretaria de Educação e Cultura, ou outro órgão do Governo, colocar edifícios escolares à disposição do SENAI, no todo ou em parte indispensáveis à execução de programas, projetos ou atividades por ambas as partes aprovados; 7.º) — colocar à disposição do SENAI, na medida do possível, pessoal auxiliar, tais como serventes, vigias, escrivães etc. 8.º) — promover a conservação e a manutenção de prédios próprios; 9.º) — efetuar o pagamento das taxas de consumo de água e energia elétrica, quando decorrentes de uso de edifícios de propriedade do Estado; 10.º) — promover gestões para a inclusão de um representante do SENAI, especializado em aprendizagem profissional, no Conselho Estadual de Educação. **CLAUSULA QUARTA:** — Os programas, projetos ou atividades componentes dos "Planos" serão objeto de termos aditivos, podendo ser firmados por Diretores de Departamentos da Secretaria de Educação com a aprovação do Secretário e pelo Diretor do Departamento Regional do SENAI, com a aprovação do Conselho Regional dessa Entidade. **CLAUSULA QUINTA:** O primeiro "Plano Cooperativo de Educação Supletiva", elaborado de comum acordo entre o Departamento de Educação Complementar da Secretaria da Educação e o Departamento Regional do SENAI, compreendendo Cursos de Aprendizagem e Cursos de Qualificação Profissional, ficam desde já aprovados obrigando-se ambas as partes a cumpri-lo, a partir de fevereiro de 1973 devendo para tal fim serem tomadas as providências necessárias, no segundo semestre do corrente ano, passando os instrumentos respectivos devidamente firmados e rubricados, a fazer desde já por parte integrante do presente acordo de cooperação e em tais condições dispensado o termo aditivo previsto na cláusula anterior; **CLAUSULA SEXTA:** O Presente acordo de Cooperação é válido por tempo indeterminado podendo, entretanto, ser denunciado com um ou mais anos de antecedência no caso de não mais convir a quaisquer das partes. Nessas condições e por estarem concordes com as cláusulas e condições constantes do presente instrumento, extraído em cinco vias, subscrevem, no comprometendo-se a cumpri-lo.

ROBERTO LINHARES DA COSTA

MARIO DE MARI

ANTONIO THEOLINDO TREVIZAN

**TERMO DE CONVÊNIO** firmado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná objetivando a prestação de assistência técnica para a realização de pesquisas educacionais.

Aos três (3) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura, representado por seu Diretor, Professor Ayrton de Carvalho Mattos, nos termos da Portaria Ministerial n.º 139-ESB, de 23 de fevereiro de 1972, e a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná, representada por seu titular Professor Roberto Linhares da Costa, devidamente autorizado pelo Senhor Governador do Estado, Doutor Pedro Viriato Parigot de Souza, presentes no Gabinete do Secretário de Estado, em Curitiba, resolveram celebrar o presente Convênio, segundo as cláusulas e condições subseqüentes:

**CLAUSULA PRIMEIRA — CONVENÇÕES** — Ficam convencionadas as designações de "INEP" para o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e de "Secretaria", para a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná.

**CLAUSULA SEGUNDA — OBJETO** — O presente convênio regula condições para a prestação de assistência técnica pelo INEP à Secretaria, a fim de que esta elabore e desenvolva um projeto de pesquisa educacional, cujo tema seja aceito ou proposto pelo INEP.

**CLAUSULA TERCEIRA — OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA** — O INEP objetiva com a prestação de assistência técnica:

- I — promover a dinamização e o aperfeiçoamento da pesquisa em educação;
- II — apoiar, tecnicamente, entidades que se disponham a realizar pesquisas educacionais;
- III — contribuir para a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores;
- IV — estimular a realização de pesquisas cujos temas tenham sido considerados de maior interesse;
- V — publicar e divulgar os resultados dessas pesquisas.

**CLAUSULA QUARTA — OBRIGAÇÕES DO INEP** — Constituem obrigações do INEP:

- I — exame, pelo INEP, da viabilidade e oportunidade do projeto de pesquisa apresentado pela Secretaria;
- II — designação de um técnico em pesquisa, de notória especialização, para atender, na cidade de São Paulo, ao pesquisador da Secretaria, encarregado da realização da pesquisa;
- III — transporte Curitiba - São Paulo - Curitiba do pesquisador-encarregado, até quatro vezes durante a realização do projeto;
- IV — custeio da estada, em São Paulo, do pesquisador-encarregado, até o limite de vinte (20) diárias, no valor de Cr\$ 160,00 (cento e sessenta cruzeiros) cada uma;
- V — prestação de assistência técnica ao pesquisador-encarregado, pelo técnico em pesquisa mencionado no item II, procedente, compreendendo:
  - a) orientação no planejamento e execução da pesquisa;
  - b) orientação metodológica;
  - c) acompanhamento e orientação dos trabalhos de coleta e análise de dados;
  - d) apoio na elaboração e publicação do relatório da pesquisa.

**PARÁGRAFO ÚNICO** — O montante das despesas do INEP para cobrir as obrigações, estabelecidas nesta cláusula, não poderá ultrapassar a importância de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros).

**CLAUSULA QUINTA — OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA** — Constituem obrigações da Secretaria:

- I — dispor-se a desenvolver, por sua conta, um projeto de pesquisa educacional, cujo tema se enquadre entre os considerados de maior interesse, conforme relação já divulgada pelo INEP;



II — designar, como encarregado da pesquisa, servidor que tenha condições, intelectuais, mentais e físicas para participar de trabalho, desde o início do planejamento até o término da elaboração do relatório final;

III — remeter cópia do projeto de pesquisa ao INEP, anexando as seguintes informações sobre o pesquisador-encarregado:

- a) nome completo e referência a documento de identidade;
- b) cargo ou função que desempenhe na Secretaria;
- c) curso (s) superior (es) concluído (s);
- d) experiência de pesquisa educacional (se for o caso);

IV — manter o pesquisador-encarregado da pesquisa, no desempenho dessa função, até o término dos trabalhos, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado perante o Diretor do INEP.

**CLÁUSULA SEXTA — PESSOAL ADICIONAL DA SECRETARIA** — Caso seja do interesse da Secretaria, mais um ou dois integrantes da equipe, a cujo cargo se encontre o trabalho, poderão acompanhar o pesquisador-encarregado, correndo, no entanto, por conta da Secretaria, as despesas com o transporte e a estada em São Paulo desses elementos adicionais.

**CLÁUSULA SÉTIMA — DESPESAS POR PARTE DO INEP** — As despesas, de que trata o parágrafo único da cláusula quarta, correrão por conta de recursos atribuídos ao INEP pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, obedecida a seguinte classificação:

Projeto 55.02.09.1001 — Estudos e Pesquisas

3.2.2.7 — 02 — Cr\$ 13.000,00

3.2.7.2 — 03 — Cr\$ 12.000,00

Cr\$ 25.000,00

**CLÁUSULA OITAVA — MODIFICAÇÃO E RESCISÃO** — Este convênio poderá, mediante concordância dos convenientes, ser modificado, através de termo aditivo, ou rescindido automaticamente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal que o torna material ou formalmente impraticável.

**CLÁUSULA NONA — CASOS OMISSOS** — Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre o INEP e a Secretaria.

**CLÁUSULA DÉCIMA — VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO** — O presente convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e vigorará até 30 de junho de 1973, podendo ser prorrogado mediante solicitação por escrito da Secretaria e a juízo do INEP, independente de termo aditivo.

E, por assim estarem acordes, lavrou-se o presente instrumento que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos convenientes e testemunhas abaixo.

Roberto Linhares da Costa — Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Paraná

Ayrton de Carvalho Mattos — Diretor do INEP

Testemunhas:

(Assinaturas ilegíveis)

#### TERMO DE CONVÊNIO

Aos oito (8) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões do Palácio Iguaçu, sede do Governo do Paraná, situado no Centro Cívico, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado, compareceram: a) o Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, adiante denominada simplesmente o "ESTADO", representada neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Pedro Viriato Parigot de Souza, brasileiro, casado, engenheiro civil e professor universitário, na qualidade de Governador do Estado; b) a Secretaria da Educação e Cultura do mesmo Estado do Paraná, adiante denominada simplesmente a "SECRETARIA", representada neste ato por seu titular, Doutor Roberto Linhares da Costa, brasileiro, casado, advogado e professor universitário; c) a Associação do Instituto Vocacional e Assistência "Santa Cruz", pessoa jurídica de direito privado de fins não lucrativos, com sede e foro no município e comarca de Capanema, neste Estado, registrada sob n.º 1.668, no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, representada neste ato pelo Senhor Ernesto Pahl, brasileiro, casado, sacerdote, residente e domiciliado em Capanema, conforme procuração lavrada às fls. cento e cinquenta e três e verso do Livro número dezessete do Tabelaio de Notas da Comarca de Capanema (Doc. n.º 1), e adiante denominada simplesmente "A ASSOCIAÇÃO"; d) o Município de Capanema, pessoa jurídica de direito público interno, denominada simplesmente o "MUNICÍPIO", representada neste ato pelo respectivo Prefeito, Senhor Doutor Emílio Simplicio Weber, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Capanema, e nessas ocasiões as partes acima especificadas firmaram o presente "Termo de Convênio" com fundamento nos artigos 47 (quarenta e sete), inciso XVI (décimo sexto) e 140 (cento e quarenta) da Constituição Estadual vigente, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas, termos e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — A finalidade deste Convênio é a construção na cidade de Capanema, deste Estado, de um prédio com dois pavimentos, estrutura mista, área de dois mil e duzentos metros quadrados, e praça de esportes, destinada à instalação de um estabelecimento de ensino de 1.º Grau, nos moldes da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.

O prédio em referência integra o conjunto das edificações, com a área total de quatro mil e quinhentos metros quadrados (4.500 m²), a que se referem a planta e especificações anexas (docs. n.ºs. 2 e 3), devendo a construção da parte restante, com a área de dois mil trezentos e vinte metros quadrados (2.320 m²), e que compreenderá um prédio destinado a estabelecimento de ensino do 2.º Grau e salão para múltiplas atividades (auditório e ginásio coberto), ser objeto de um ou mais termos aditivos.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — O prédio de que trata a cláusula anterior será construído no terreno urbano, com a área de dezesseis mil e oitocentos metros quadrados (16.800 m²), constituído pela quadra número trinta e seis (36), do setor nordeste (N.E.) da Planta Geral de Capanema, imóvel cujo domínio a "ASSOCIAÇÃO" adquiriu através da "Carta de Data" número mil duzentos e noventa (1.290), que lhe foi outorgada em primeiro de setembro deste ano pela Prefeitura Municipal da mesma cidade (doc. n.º 4).

Além do terreno acima descrito, serão utilizadas pela administração do

estabelecimento ou estabelecimentos de ensino descrito na cláusula anterior, para fins que a mesma administração julgar convenientes, duas chácaras de propriedade da "ASSOCIAÇÃO", situadas no perímetro suburbano, Setor Nordeste (N.E.) Planta Geral da mesma cidade de Capanema: a) uma, sob número setenta e nove (79), com a área de noventa e um mil metros quadrados (91.000 m²), correspondente à Carta de Data número cento e setenta e cinco (175), adquirida pela "ASSOCIAÇÃO" por compra feita a Hermindo Gosenheimer, conforme escritura pública lavrada e mtrinta e um de agosto de mil novecentos e setenta e dois (31.8.1972), às folhas números cento e quarenta e cinco a cento e quarenta e seis verso, do livro número dezesseis (16) do Tabelaio de Notas Carlos Tschá Júnior, da Comarca de Capanema; b) outra, sob o número setenta e quatro (74), com a área de vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados (24.200 m²), correspondente a uma parcela da Carta de Data número mil duzentos e sessenta e sete, adquirida pela mesma "ASSOCIAÇÃO" por compra feita a Alberto Muller e sua mulher, Dona Malvina Muller, conforme escritura pública lavrada em trinta e um de agosto de mil novecentos e setenta e dois, às fls. números cento e quarenta e oito, verso, do livro número dezesseis, do citado Tabelaio de Notas.

Obrigação a "ASSOCIAÇÃO" a efetuar a transcrição, em seu nome, no Registro de Imóveis da Comarca de Capanema, e dentro do prazo de sessenta dias contados da assinatura deste Convênio, da Carta de Data e das escrituras públicas anteriormente descritas.

**CLÁUSULA TERCEIRA** — O custo da obra a ser construída nos termos deste convênio, do respectivo mobiliário e equipamento do estabelecimento de ensino a que ela se destina, acrescido da importância de cento e vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e oito cruzeiros (Cr\$ 127.468,00), correspondente ao valor dos terrenos antes descritos, é estimado em hum milhão, seiscentos e cinquenta mil e oitocentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 1.650.880,00).

O orçamento acima indicado é de simples referência, e se houver majoração no custo da obra, do mobiliário e do equipamento, os convenientes obrigam-se a suportá-la na proporção de suas quotas de participação, estipuladas na cláusula quarta.

**CLÁUSULA QUARTA** — Obrigam-se os convenientes a participar em moeda corrente e legal do país, para a construção do prédio indicado na cláusula primeira e para a aquisição do respectivo mobiliário e equipamento, com as seguintes percentuais do custo efetivo da mesma construção e aquisição: a) a "ASSOCIAÇÃO", na qualidade de beneficiária de uma doação de seiscentos e sessenta mil marcos alemães (660.000 marcos), que lhe foi outorgada pela "Evangelische Zentralstelle Für Entwicklungshilfe E. V.", Central Evangélica de Ajuda ao Desenvolvimento, entidade religiosa, de fins não lucrativos, com sede em Bonn, Alemanha Ocidental, com setenta e cinco por cento (75%) do mesmo custo efetivo, sendo certo que, além dessa obrigação futura, ora assumida, a "ASSOCIAÇÃO" já contribuiu com importância equivalente a dois por cento do custo estimado do prédio, do mobiliário e do equipamento, representada pelas despesas por ela efetivamente realizadas com a confecção do projeto, pesquisas, pagamento de honorários do pessoal técnico para confecção do aludido projeto, viagens e outras; b) o "ESTADO", com quinze por cento, sob a forma de "auxílio" no montante de duzentos e quarenta e sete mil e seiscentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 247.620,00), podendo, no entanto, realizar uma parte desse montante em mobiliário até o valor de quarenta e sete mil, seiscentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 47.620,00); c) o "MUNICÍPIO", com oito por cento, dos quais uma parte no valor de cento e vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e oito cruzeiros (Cr\$ 127.568,00) já foi por ele realizada com a aquisição, em nome da "ASSOCIAÇÃO", dos três imóveis descritos na cláusula segunda deste convênio (docs. n.ºs. 2, 3 e 4).

**CLÁUSULA QUINTA** — A "ASSOCIAÇÃO" assume, por este convênio, o encargo de executar a obra na conformidade da respectiva planta e suas especificações, por empresa idônea de sua livre escolha, cabendo ao "ESTADO" o direito de realizar por engenheiros e profissionais de sua confiança, sempre que entender conveniente, verificações quanto ao andamento da mesma obra e aos dispêndios realizados.

**CLÁUSULA SEXTA** — O prazo para a conclusão e a entrega da obra, condições de uso imediato, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, é de um ano, a contar da data da liberação da verba correspondente à participação do "ESTADO".

**CLÁUSULA SÉTIMA** — Em contrapartida ao seu auxílio para a construção referida nas cláusulas anteriores, ao "ESTADO" fica desde já assegurada pela "ASSOCIAÇÃO" a cessão gratuita do uso do prédio objeto deste convênio e dos respectivos terrenos e benfeitorias, pelo prazo de vinte e cinco anos, contados da conclusão da obra, a qual lhe será entregue nessa ocasião, independentemente de qualquer outra formalidade ou condição.

O prazo estabelecido nesta cláusula poderá ser prorrogado, a juízo da "ASSOCIAÇÃO" e do "ESTADO".

Convencionam as partes, no entanto, que será lícito ao "ESTADO" por sua livre conveniência, considerar rescindido este convênio e devolver o prédio a "ASSOCIAÇÃO" antes do termo final do aludido prazo de vinte e cinco anos, ficando exonerado, nessa hipótese, do pagamento de qualquer indenização.

**CLÁUSULA OITAVA** — A devolução do prédio, após o termo final do prazo estabelecido na cláusula anterior, o antes dele, segundo a faculdade expressa na mesma cláusula, far-se-á mediante laudo de verificação do Estado em que se encontrar a construção, a ser realizado por peritos de confiança da "ASSOCIAÇÃO" e do "ESTADO", correndo por conta deste último todas as despesas necessárias à restauração total ou parcial do prédio, suas instalações e benfeitorias, inclusive.

**CLÁUSULA NONA** — As benfeitorias realizadas por qualquer das partes nos imóveis objeto deste convênio incorporar-se-ão ao prédio e serão devolvidas, juntamente com este, sem onus, para a "ASSOCIAÇÃO", ao término do convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA** — Correrão por conta do "ESTADO", durante o prazo de vigência do presente convênio, todas as despesas de conservação do prédio, competindo-lhe realizar os consertos e reparos necessários, e, bem assim, todas as despesas com o pagamento de limpeza, taxa de água, esgoto, luz e outros.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** — O "ESTADO" não se responsabilizará pela destruição ou danos, total ou parcial do prédio, quando decorrentes de caso fortuito.



**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** — A denominação do estabelecimento de ensino que o "ESTADO" se compromete a instalar e manter em funcionamento no prédio cuja construção é objeto deste convênio, será pelo mesmo "ESTADO", sob proposta da "ASSOCIAÇÃO", observadas as prescrições da legislação estadual reguladora da matéria.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** — Sempre que possível, o Diretor e o Secretário do estabelecimento a que se referem as cláusulas anteriores serão escolhidos de comum acordo entre a "ASSOCIAÇÃO", o "ESTADO" e o "MUNICÍPIO".

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** — Obriga-se o "ESTADO" a lotar no estabelecimento de ensino de 1.º grau que for construído na conformidade deste convênio, os professores e funcionários indispensáveis ao seu regular funcionamento, cabendo à "SECRETARIA" as providências nesse sentido, tão logo ele lhe seja entregue em condições de uso.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** — As despesas do "ESTADO" decorrentes deste Convênio, correrão à conta do elemento 4.3.3.4 — Auxílio para Obras Públicas e Entidades Privadas, no Orçamento Geral do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** — O presente convênio terá vigência a partir da data de sua publicação no órgão oficial estadual e terá duração até o termo final do prazo estipulado na Cláusula Sétima, ou enquanto subsistir a cessão de uso prevista na mesma Cláusula.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** — Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para a solução de quaisquer conflitos decorrentes do convênio, por mais especial que seja a situação particular de qualquer dos convenientes.

E por assim estarem justos e acordados, eu (assinatura ilegível), ocupante do cargo de (ilegível), lavrei o presente termo, em cinco vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes interessadas, na presença de duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

Curitiba, 8 de novembro de 1972.

**PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA** — Governador do Estado

**Roberto Linhares da Costa** — Secretário da Educação e Cultura

**Ernesto Pahl** — p.p. Associação do Instituto Cocacional e Assistencial

"Santa Cruz"

**Emílio Simpício Weber** — Prefeito Municipal de Capanema

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

#### MINUTA DE CONVÊNIO

CONVÊNIO que entre si fazem o Município de Curitiba, aqui representado pelo Dr. JAIME LERNER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Prefeito Municipal, ora denominado "Prefeitura" e a Secretaria dos Negócios da Educação e Cultura, aqui representada pelo Exmo. Sr. Secretário, Dr. Roberto Linhares da Costa, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, ora denominado de "S.E.C."

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — A Prefeitura Municipal de Curitiba e a Secretaria dos Negócios da Educação e Cultura, daqui por diante denominadas simplesmente PREFEITURA e S.E.C., respectivamente, declaram firmados por este instrumento, às mútuas obrigações que assumem no objetivo da construção de Vestiários e Sanitários, quadras de Basketball, Futebol de Salão, Voleibol e Andebol, Sala de Ginástica e Jogos de Salão, Sala para guarda do material e reparo do Campo de Futebol, nas Praças Esportivas abaixo discriminadas:

- 1.º — Vasco da Gama Futebol Clube;
- 2.º — Clube Atlético Paissandu;
- 3.º — União Capão Razo Futebol Clube;
- 4.º — Vila Fani Esporte Clube;
- 5.º — Sociedade Esportiva União de Santa Quitéria.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — Dentro do objetivo determinado na cláusula anterior, a Prefeitura fará executar a construção das quadras mediante adjudicação instituídas na forma da lei e com observância dos projetos, especificação, orçamentos quantitativos e cronogramas físicos a serem elaborados pela própria Prefeitura.

**CLÁUSULA TERCEIRA** — Dentro do mesmo objetivo a S.E.C. fará o repasse à Prefeitura dos recursos destinados ao custeio das obras mencionadas na cláusula primeira do presente, recursos estes no montante global de Cr\$ 708.000,00 (setecentos e oito mil cruzeiros), proveniente da verba da Loteria Federal de 1972, e obtidos por intermédio do Convênio celebrado em 30-06-72 entre a SEC e o Departamento de Educação Física e Esportes do MEC e os Clubes mencionados na cláusula primeira do presente.

**CLÁUSULA QUARTA** — Sendo fixo e imutável o valor global determinado na cláusula anterior, a Prefeitura fará executar todas as obras previstas se o custo global delas se comportar dentro daquele valor.

**CLÁUSULA QUINTA** — A Prefeitura apresentará prestação de contas à S.E.C. dos recursos repassados para o custeio das obras, observando o disposto nas instruções a lhe serem oportunamente transmitidas, tudo de modo a permitir perfeita prestação de contas dos recursos, ao final da execução das obras.

**Parágrafo Único** — A S.E.C. se compromete a encaminhar por escrito à Prefeitura, dentro de 30 (trinta) dias da assinatura do presente Convênio, as instruções referidas nesta cláusula, relativamente a forma e prazos a serem observados para a prestação de contas.

**CLÁUSULA SEXTA** — A S.E.C., bem como o Departamento de Educação Física e Esportes do M.E.C. ficará resguardado o direito de, por intermédio de representantes devidamente credenciados, supervisionar as obras sempre que o entenderem conveniente no decurso de sua execução.

**CLÁUSULA SÉTIMA** — A Prefeitura Municipal de Curitiba obriga-se a planejar o uso das instalações do Clube, obedecendo rigorosamente o disposto no Decreto n.º 69.450, de 1.º de novembro de 1971 e demais disposições legais vigentes dando ciência ao Departamento de Educação Física e Esportes do Paraná de toda a programação, no início de cada ano letivo, durante a vigência do Convênio.

**CLÁUSULA OITAVA** — A Prefeitura Municipal de Curitiba obriga-se a incluir em seu orçamento, os recursos necessários à execução das atividades referidas na cláusula sétima, sob pena de ficar impedida de receber outro auxílio do Ministério da Educação e Cultura.

**CLÁUSULA NONA** — As dúvidas que surgirem no cumprimento do presente Convênio, serão resolvidas pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Curitiba em conjunto com o Exmo. Sr. Secretário dos Negócios da Educação e Cultura, ou conforme se apresente o caso, em instância superior.

E, por assim haverem ajustado, elaborou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes legais das partes.

**Jaime Lerner** — Prefeito Municipal de Curitiba

**Roberto Linhares da Costa** — Secretário da Educação e Cultura

**Termo de Convênio celebrado entre o Instituto Nacional do Livro, órgão do MEC, aqui representado por sua Diretora, a escritora Maria Alice Barroso, e o Governo do Estado do Paraná, através de sua Secretaria de Educação, aqui representada pelo Senhor Secretário, visando à execução do Programa Nacional do Livro Didático, no Estado do Paraná, bem como a dotar o aluno do primário desse Estado dos livros necessários a melhor rendimento escolar.**

Considerando a necessidade de ação continuada e sistemática na área do Livro Didático;

Considerando que, para a produtividade do Sistema Escolar, o Livro Didático é de suma importância;

Considerando que o Convênio firmado em 1971, entre este Instituto e os Estados membros da Federação, com o mesmo objetivo deste, obteve resultado considerado satisfatório;

Considerando que cada vez mais se torna indispensável uma ampla conjugação dos esforços e recursos disponíveis nas áreas federal e estadual, específicas para um atendimento adequado, tendo-se em vista as dimensões desse objetivo, o Instituto Nacional do Livro, doravante denominado INL, e a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, doravante denominada Secretaria, aos ... dias do mês de ... de 1972, nesta cidade de ..., acordam em:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — O INL, para a execução do Programa do Livro Didático, resolve adotar os critérios abaixo relacionados, os quais deverão ser cumpridos pela Secretaria:

- a) O Programa visa ao atendimento de alunos das primeiras séries do Ensino Fundamental, em todas as Unidades da Federação;
- b) Os livros devem ser distribuídos exclusivamente em Escolas da Rede Oficial, Estadual ou Municipal;
- c) Cada aluno deve receber no mínimo 2 e no máximo 4 livros;
- d) São prioritários para receber livros do Programa 72-73 os Municípios que mantenham Bibliotecas ou Salas-de-Leitura registradas no INL;
- e) Os Estados devem distribuir, obrigatoriamente, 10% da quantidade de livros recebidos em Bibliotecas Públicas Municipais.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — O INL obriga-se a entregar, até 15.03.73, 509.000 (quinhentos e nove mil) livros correspondentes à parte estipulada, no Programa Nacional do Livro Didático, para o ano letivo de 1973, no Estado de ...

**CLÁUSULA TERCEIRA** — Cabe à Secretaria escolher, entre os títulos aprovados pelo Departamento de Ensino Fundamental, os mais adequados ao trabalho educativo em suas áreas.

**CLÁUSULA QUARTA** — Cabe à Secretaria elaborar o plano de distribuição dos livros a serem enviados pelo INL, atendendo aos critérios estabelecidos no Capítulo IV e nas recomendações do documento "Programa do Livro Didático 72-73", com as adaptações de caráter regional que se fizerem necessárias.

**CLÁUSULA QUINTA** — Os livros a serem entregues à SECRETARIA têm o valor estimado de Cr\$ 2.697.700,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e sete mil e setecentos cruzeiros).

**CLÁUSULA SEXTA** — O Governo do Estado, através da Secretaria, obriga-se a participar, com recursos financeiros, do Programa Nacional do Livro Didático, em contraprestação aos livros que vier a receber, consoante a Cláusula 2.a deste Convênio, de modo a assegurar, nos anos subsequentes, continuidade e estímulo ao Programa.

**CLÁUSULA SÉTIMA** — A Secretaria depositará em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na Agência Central do Banco do Brasil, Brasília, (DF), conta n.º 405.679-5 até 30.06.1973, a contrapartida financeira, cujos valores mínimos são indicados no documento "Programa do Livro Didático 72-73".

**CLÁUSULA OITAVA** — A partir de 1.º de novembro o INL enviará, aos Estados, Termo Aditivo, no qual confirmará ou alterará a quantidade de livros a ser entregue à Secretaria, bem como, a Secretaria, até 05.01.1973, o devolverá devidamente assinado, confirmando a contrapartida a ser por ela depositada no Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação.

**CLÁUSULA NONA** — Fica expressamente proibida a venda de livros, entregues à Secretaria, pelo "Programa do Livro Didático 72-73".

**CLÁUSULA DÉCIMA** — A Secretaria se cingirá, na execução do presente Convênio, às determinações e princípios consignados no documento "Programa do Livro Didático 72-73", os quais passam a lhes fundamentar os propósitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** — O INL poderá modificar o número de exemplares destinados à Secretaria, nos termos da Cláusula 2.a deste Convênio, se razões de ordem administrativas ou financeiras assim o exigirem, notificando-a antecipadamente, para que tal modificação fique consignada em Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** — A Secretaria se obriga a criar uma equipe para execução do Programa, bem como a estabelecer um Sistema de Controle e Avaliação dos resultados da aplicação do mesmo no Estado, e informar o INL do andamento desses trabalhos, sempre que solicitada.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** — A Secretaria se obriga a realizar Cursos de Treinamento para os Professores das localidades selecionadas para receberem livros do Programa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** — O INL poderá fiscalizar, sem prévia notificação, a fiel observância do Programa do Livro Didático no Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** — A Secretaria se obriga a cumprir os prazos estabelecidos no cronograma anexo ao documento "Programa do Livro Didático 72-73".

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** — Qualquer infringência, por parte da Secretaria, às cláusulas do presente Convênio, importará no seu cancelamento, total ou parcial, suspendendo-se, a juízo do INL, a validade de medidas concertadas, para ulterior execução.



**CLAUSULA DECIMA SETIMA** — Fica eleito o foro da cidade de Brasília (DF), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Convênio.

E por se acharem de acordo com as cláusulas e condições do presente Convênio, assinam as partes convenientes, o Coronel Confúncio Pamplona, Secretário Geral do MEC, de acordo com a Portaria n.º 528-BSB, de 1.º de setembro de 1971, o presente instrumento em cinco (5) vias de igual teor, na presença das testemunhas, também abaixo assinadas, e a tudo presentes.

Maria Alice Barroso — Diretora do INL  
(Ass. ilegível) — Secretário da Educação  
Cel. Confúncio Pamplona — Secretário Geral do MEC

Testemunhas:  
(Ass. ilegível)  
(Ass. ilegível)

**La DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 263-70, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que cria o Distrito Administrativo de Areia Branca, no Município de Curiúva. Pareceres Contrários da C.C.J. e C.F. Rejeitado.

#### PROJETO DE LEI N.º 263-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Areia Branca, com sede na localidade do mesmo nome, no Município de Curiúva.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1970.

Dep. Gabriel Manoel

#### JUSTIFICATIVA:

Areia Branca, no Município de Curiúva, pelo seu crescente progresso, está a mercecer a sua elevação a Distrito.

Quanto as suas divisas, apresentaremos em época oportuna.

Assim sendo, submetemos este projeto à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável acatamento.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 263-70

AUTOR: — Deputado Gabriel Manoel

SÚMULA — Cria o Distrito Administrativo de Areia Branca, com sede na localidade do mesmo nome, no Município de Curiúva.

#### PARECER

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, visa criar o Distrito Administrativo de Areia Branca, com sede na localidade do mesmo nome, no Município de Curiúva.

Considerando a nobreza da iniciativa do nobre autor da proposição, entretanto a mesma esbarra no obstáculo intransponível que é o Ato Complementar n.º 46, de 7 de fevereiro de 1969, que em seu art. 1.º, parágrafo único, estabelece:

“Nenhuma modificação poderá ser feita, na organização administrativa e judiciária a que se refere este artigo, sem prévia autorização do presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça.”

Desta forma, opino pela rejeição do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9.5.73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Deputado Sebastião Rodrigues Jr. — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

SÚMULA: — “Projeto de Lei n.º 263-70 — Cria o Distrito Administrativo de Areia Branca, no Município de Curiúva, neste Estado”.

#### PARECER

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 263-70, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, que cria o Distrito Administrativo de Areia Branca, no Município de Curiúva, neste Estado.

2. Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado já, conforme R. Parecer de fls., pela inconstitucionalidade da matéria em análise, não vê esta Comissão de Finanças, em seu âmbito, como dar sua aprovação ao Projeto de Lei testilhado, gravado de vício insanável.

Pela rejeição, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 06 de junho de 1973.

Deputado João C. Fadel — Relator

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, apoiado pelos Srs. Deputados Erondy Silvério e Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arnaldo Carnaciani. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do cinquentenário do 13.º Batalhão de Infantaria Blindada, sediada em Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldwell, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo 6.º aniversário da criação do progressista Município Caçula de Nova Aurora. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 156-73. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ismair Baptista de Souza, Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pittelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Carvalho Monteiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 162-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Ex-

pediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 121-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de fazer incluir no Orçamento para o exercício financeiro de 1974, dotação destinada às obras do estádio “Pinheirão”. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo seja determinado a realização de estudos visando a possibilidade do Governo Federal, declarar como de utilidade pública, para fins de desapropriação, por interesse social, a área de doze mil alqueires, situada na localidade denominada Gleba 29, no Município de Querência do Norte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações aos atletas de Maringá que participaram dos XVII Jogos Abertos do Paraná, e ao Sr. Presidente da Comissão Central Organizadora pelo apoio e incentivo que deram aos atletas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Fazenda, solicitando informações a respeito da incidência do I.C.M. sobre a batata. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Fazenda, solicitando informações a respeito da incidência do I.C.M. sobre o Cal Virgem. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, pela solenidade que marcou o início da instalação da primeira unidade fabril da Cidade Industrial de Curitiba, efetivada a 25 de setembro do ano em curso. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que se digne autorizar urgentes reparos nas estradas que demandam de Rondinha a cidade de Irati. Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica o Requerimento com sua discussão e votação adiada para a Sessão de amanhã, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações à Telepar. Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica o Requerimento com sua discussão e votação adiada para a Sessão de amanhã, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro do Trabalho e Assistência Social, bem como ao Congresso Nacional, no sentido de que sejam tomadas medidas necessárias para o reconhecimento da profissão de Cientista Social ou de Sociólogo. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando a transcrição dos Anais da Casa, do discurso proferido na última Convenção Nacional do M.D.B. pelo seu Eminentíssimo Presidente, Sr. Deputado Ulisses Guimarães. **Aprovado.** (A Matéria a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja enviado Telegrama ao Sr. Prefeito Municipal de Londrina, bem como ao Sr. Presidente da Câmara Municipal do referido Município, congratulando-se pela entrega do S.A.S. ao Planasa. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando outra para amanhã, dia 28, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 89.72 — 147.72 — 186.72 — 78.73 — 106.73 — 127.73;

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 45.73 — 94.73 — 125.73;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39-73;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 74.73 — 146.73 — 149.73 e dos Projetos de Resolução n.ºs 46.73, 57.73.

Levanta-se a Sessão.

Matéria cuja transcrição foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho, em sessão realizada em 27 de setembro de 1973

Deputado Ulisses Guimarães

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

Senhor Presidente,  
Senhores Convencionais,  
Senhores Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos, Vereadores, meus correligionários de todo o Brasil.

O paradoxo é o signo da presente sucessão presidencial brasileira.

Na situação, o anunciado como candidato, em verdade é o Presidente, não aguarda a eleição e sim a posse.

Na Oposição também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão provido. A 15 de janeiro próximo, com o apelo de eleição, o Congresso Nacional será palco de cerimônia de diplomação, na qual Senadores, Deputados Federais e Estaduais da Agremiação majoritária certificarão investidura outorgada com anterioridade.

O Movimento Democrático Brasileiro não alimenta ilusões quanto à homologação cega e inevitável, imperativa da identificação do voto ostensivo e da fatalidade da perda do mandato parlamentar, obra farsaica de pretenso Colégio Eleitoral, em que a independência foi desalojada pela fidelidade partidária.

A inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhará perante a Nação e perante o mundo que o sistema não é democrático, de vez que tanto quanto dure este, a atual situação sempre será governo, perenidade impositiva quando o poder é consentido pelo escrutínio direto, universal e secreto em que a alternatividade de partidos é a regra, consoante ocorre nos países civilizados.

Não é o candidato que vai percorrer o País. É o anti-candidato, para denunciar a anti-eleição, imposta pela anti-constituição que homiza o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desan-



paradas pelo "habeas corpus" e condenações sem defesa, profana e indezabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdecem a Nação pela censura à Imprensa, ao Rádio, à Televisão, ao Teatro e ao Cinema.

No que concerne ao primeiro cargo da União e dos Estados, dura e triste tarefa esta de pregar numa "república" que não consulta os cidadãos e numa "democracia" que silenciou a voz das urnas.

Eis um tema para o teatro do absurdo de Bertolt Brecht, que, em peça fulgurante, escarnece da ensânia do arbítrio prepotente ao aconselhar que se o povo perde a confiança do governo, o governo deve dissolver o povo e elevar um outro.

Não como campanha, pois equivaleria a tola viagem rumo ao impossível, a peregrinação da Oposição pelo País perseguirá triplice objetivo:

I — Exercer sem temor e sem provocação sua função institucional de crítica e fiscalização ao governo e ao sistema, clamando pela eliminação dos instrumentos e da legislação discredicionários, com prioridade urgente e absoluta a revogação do AI-5 e a reforma da Carta Constitucional em vigor.

II — Doutrinar com o Programa Partidário, unanimemente aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, conscientizando o povo sobre seu conteúdo político, social, econômico, educacional, nacionalista, desenvolvimentista com liberdade e justiça social, o qual será realidade assim que o Movimento Democrático Brasileiro for governo, pelo sufrágio livre e sem intermediários do povo.

III — Concitar os eleitores, frustrados pela interdição de 15 de janeiro de 1974 eleger o Presidente e o Vice-Presidente da República, para que a 15 de novembro do mesmo ano elejam senadores, deputados federais e estaduais da oposição, etapa fundamental para atuação e decisões parlamentares que conquistarão a normalidade democrática, inclusive número para propor Emendas e Reforma da Carta Constitucional de 1969 e a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito, de cuja ação investigatória e moralizadora a presente legislatura se encontra jejuna e a atual administração imune, pela facciosa intolerância da Maioria situacionista.

Hoje, e aqui, serei breve.

Somos todos cruzados da mesma cruzada. Dispensável, assim, pretender convencer o convicto, converter o cristão, predicar a virtude da liberdade a liberais, que pela fé republicana pagam até o preço de riscos e sofrimentos.

Serei mais explícito e minucioso ao longo da jornada, quando falarei também a nossos irmãos postados no outro lado do rio da democracia. Aos que aí se situaram por opção ou conveniência, apostasia política mais rebelde à redenção.

Prioritariamente, aos que foram marginalizados pelo ceticismo e pela indiferença, notadamente os jovens e os trabalhadores, intoxicados por maicã e diuturna propaganda e compelidos a tão prolongada e implacável dieta de informações.

Quando a oposição clama pela reformulação das estruturas político-sociais e pela incolumidade dos direitos dos cidadãos, sua reiteração aflige os corifeus dos poderosos do dia.

Faltos de razão e argumentos, acoimam-na de fastidiosa repetição. Condenável é repetir o erro e não sua crítica. Saibam que a persistência dos abusos terá como resposta a pertinácia das denúncias.

Resaltarei nesta Convenção a liberdade de expressão, que é apanágio da condição humana e socorre as demais liberdades ameaçadas, feridas ou banidas. A oposição reputa inseparáveis o direito de falar e o direito de ser ouvida.

É inócua a prerrogativa que faculta falar em Brasília, não podendo ser escutada no Brasil, porquanto a censura à Imprensa, ao Rádio e à Televisão venda os olhos e tapa os ouvidos do povo. O drama dos censores é que se fazem mais furiosos quanto mais acreditam nas verdades que censuram. E seu engano fatal é presumir que a censura, como a mentira, pode exterminar os fatos, eliminar os acontecimentos, decretar o desaparecimento das ocorrências indesejáveis.

A verdade poderá ser temporariamente ocultada, nunca destruída. O futuro e a história são incensuráveis.

A informação que abrange a crítica, é inarredável requisito de acerto para os governos verdadeiramente fortes e bem intencionados, que buscam o bem público e não a popularidade. Quem, se não ela, poderá dizer ao Chefe de Estado o que realmente se passa, às vezes de suma gravidade na intimidade dos Ministérios e dos múltiplos e superpovoados órgãos descentralizados?

Quem, se não ela, investigará e contestará os conselhos inéptos dos Ministros, as falsas prioridades dos técnicos, o planejamento defasado dos assessores? Essa a sabedoria e o dimensionamento da prática com que o gênio político britânico enriqueceu o direito público: Oposição do Governo de Sua Majestade ao Governo de Sua Majestade.

A burocracia pode ser preguiçosa, discortês, incapaz e até corrupta. Não é exclusivamente na Dinamarca, em qualquer reino sempre há algo de podre. Rematada insânia tornar impubescíveis eventuais lacunas, faltas ou crimes, pois contaminam a responsabilidade do governante que a ordena.

Eis porque o poder absoluto, erigido em infalível pela censura, corrompe e fracassa absolutamente.

É axiomático, para finalizar, que sem liberdade de comunicação não há, em sua inteireza, oposição, muito menos partido de oposição.

Como o desenvolvimento é o desafio da atual geração, pois ou o Brasil se desenvolve ou desaparecerá, o Movimento Democrático Brasileiro, em seu Programa, define sua filosofia e seu compromisso com a inadiável ruptura da maldita estrutura da miséria, da doença, do analfabetismo, do atraso tecnológico e político.

A liberdade e a justiça social não são meras consequências do desenvolvimento. Integram a condição insubstituível de sua procura, o pré-requisito de sua formulação, a humanidade de sua destinação.

A liberdade e a justiça social conformam a face mais bela, generosa e providencial do desenvolvimento, aquela que olha para os despossuídos, os subassalariados, os desempregados, os ocupados em pintino ganha-pão ocasional e incerto, enfim, para a imensa maioria dos que precisam para sobreviver, em lugar da escassa minoria dos que têm para esbanjar.

Este o desenvolvimento vivificado pelas liberdades roosevelteanas, inspiradoras da Carta das Nações Unidas, as que se propõem a libertar o homem do medo e da necessidade. É o perflhado na Encíclica Populorum Progreio, isto é, propriedade do povo, não do Estado, que lhe é consecratória, cunhando seu protótipo na sentença lapidar: o desenvolvimento é o novo nome da paz.

Desenvolvimento sem liberdade e justiça social não tem esse nome. É crescimentos ou inchaço, é empilhamento de coisas e valores, é estocagem de serviços, utilidades e divisas, estranha ao homem e a seus problemas.

Enfatiza-se que desenvolvimento não é silo monumental e desumano, mon-

tado para guardar e exibir a mitologia ou o folclore do Produto Interno bruto, inacessível tesouro no fundo do mar, inatingível pelas reivindicações populares.

É intolerável mistificar uma Nação a pretexto de desenvolvê-la, rebaixá-la em armazém de riquezas, tendo como clientela privilegiada, senão exclusiva, o governo para custeio de tantas obras faraônicas e o poder econômico, particular ou empresarial, destacadamente o estrangeiro, desnacionalizando indústria e dragando para o exterior lucros indevidos.

É equívoco, fadado à catástrofe, o Estado absorver o homem e a Nação.

A grandeza do homem é mais importante do que a grandeza do Estado, por que a felicidade do homem é a obra-prima do Estado.

O Estado é o agente político da Nação. Além disso e mais do que isso, a Nação é a língua, a tradição, a família, a religião, os costumes, a memória dos que morreram, a luta dos que vivem, a esperança dos que nascerão.

Liberdade sem ordem e segurança é o caos. Em contraposição, ordem e segurança sem liberdade é a permissividade das penitenciárias. As penitenciárias modernas são mini-cidades, com trabalho remunerado, restaurante, biblioteca, escola, futebol, cinema, jornais, rádio e televisão.

Os infelizes que as povoam têm quase tudo, mas não têm nada, porque não têm a liberdade. Delas fogem, expondo a vida ou aguardam aflitos a hora da libertação.

Do alto desta Convenção, falo ao General Ernesto Geisel, futuro Chefe da Nação.

As Forças Armadas têm como patrono Caxias e como exemplo Eurico Gaspar Dutra, cidadãos que glorificaram suas espadas na defesa da lei na proteção à liberdade. O General Ernesto Geisel a elas pertence, dignificou-as com sua honradez, delas sai para o supremo comando político e militar do Brasil.

A história assinalou-lhe talvez a última oportunidade para ser instituído no Brasil, pela evolução, o governo da ordem com liberdade, do desenvolvimento com justiça social do povo como origem e finalidade do poder e não seu objeto passivo e vítima inerme.

Difícil empresa, sem dúvida. Carregada de riscos, talvez. Mas o perigo participa do destino dos verdadeiros soldados.

A estátua dos estadistas não é forjada pelo varejo da rotina ou pela fisiologia do cotidiano.

Não é somente para entrar no céu que a porta é estreita, conforme previne o evangelista São Mateus, no Capítulo XXIII, Versículo 24.

Por igual, é angustiosa a porta do dever e do bem, quando deles depende a redenção de um povo. Esperamos que o Presidente Ernesto Geisel a transponha.

A oposição dará à próxima administração a mais alta, leal e eficiente das colaborações: a crítica e a fiscalização.

Sabe, com humildade, que não é dona da verdade.

A verdade não tem proprietário exclusivo e infalível.

Porém sabe, também, que está mais vizinha dela e em melhores condições para revelá-las aos transitórios detentores do poder, dela tantas vezes desviados ou iludidos pelos tecnocratas presunçosos que amaldiçoam e exorcizam os opositores pelos serviços de todos os governos, pelos que vitaliciamente apoiam e votam para agradar ao Príncipe.

A oposição oparece ao governo o único caminho que conduz à verdade: a controvérsia, o diálogo, o debate, a independência para dizer "sim" ao bem e a coragem para dizer "não" ao mal, a democracia em uma palavra.

Senhores Convencionais:

Do fundo do coração digo-lhes que não agradeço a indicação que consagra minha vida pública. Missão não se pede. Aceita-se, para cumprir, com sacrifício e não proveito.

Como Presidente Nacional do Movimento Democrático Brasileiro agradeço-lhes, aí sim, o destemor e a determinação com que ao sol, aos ventos e desafiando ameaças desfilam pela Pátria o lábaro da liberdade.

Minha memória aguardará as palavras amigas aqui proferidas, permitindo-me reportar às da lavra dos grandes líderes Senador Nelson Carneiro e Deputado Aldo Fagundes, parlamentares que tem o nome perpetuado nos Anais e na admiração do Congresso Nacional.

Significo o reconhecimento do Partido a Barbosa Lima Sobrinho, por ter acudido a seu empenhado apelo.

Temporariamente deixou sua biblioteca e apartou-se da Imprensa, trincheiras do seu talento e de seu patriotismo, para exercer perante o povo o magistério das franquias públicas, das garantias individuais e do nacionalismo.

Sua vida e sua obra podem ser arroladas em doutrina de nossa pregação. Por fim, a imperiosidade do resgate da enorme injustiça que vitimou, sem defesa, tantos brasileiros paladinos do bem público e da causa democrática. Essa Justiça é pacto de honra de nosso partido e seu nome é anistia.

Senhores Convencionais:

A caravela vai partir. As velas estão pandas de sonho, aladas de esperanças. O ideal está ao leme e o desconhecido se desata à frente. No caos alvorçado, nossos opositores, como o velho do Restelo de todas as epopéias, com sua voz de Cassandra e seu olhar detorista sussurram as excelências do imobilismo e da invencibilidade do "stabilisment". Conjuram que é hora de ficar e não de aventurar.

Mas no episódio, nossa carta de mearar não é de Camões e sim de Fernando Pessoa ao bradar: Navegar é preciso. Viver não é preciso.

Posto hoje no alto da gávea, espero em Deus que em breve possa gritar ao povo brasileiro: Alvissaras, meu Capitão. Terra à vista! Sem sombra, medo e pesadelo, à vista a terra abençoada da liberdade.

Senhores Convencionais:

#### ATAS DAS COMISSÕES:

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO 3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA ATA DA 5a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas e dez minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Domício Scaramella e contando com as presenças dos senhores deputados Marciano Baraniuk, Álvaro Dias, Gabriel Manoel e Iris Caldart, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos



os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. A seguir foi relatado o seguinte processo: PROJETO DE LEI N.º 177-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 73-73, encaminhando ante-projeto de lei que objetiva doar ao Município de Rio Azul, área de terreno rural com 4 (quatro) alqueires aproximadamente, de propriedade do Estado, situada na sede do referido Município. Relator Senhor Deputado Marciano Baraniuk — parecer favorável — APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Agilides de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Deputado Domicio Scaramella — Presidente  
Agilides de Oliveira Martins — Secretário

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**7a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 24a. REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 3-72 — de autoria do deputado Maurício Fruct, que denomina Deputado Olívio Belich, um dos Grupos Escolares desta Capital. PROJETO DE LEI N.º 29-73 — de autoria do Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a Associação Colégio dos Anjos, da cidade de Pirai do Sul. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição 90-73, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, este através do Instituto Nacional do Livro e do Departamento de Educação Física e Desportos, visando a aquisição de livros e cumprimento de programas de educação física. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33-73 — de autoria do Deputado José Mugiaty Filho, que transfere ao Departamento Legislativo a Seção de Autografia e suprime o item VII, do artigo 28 do Regimento Interno. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 42-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 119-73, que aprova o convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, objetivando a execução de Programas de Alfabetização, no corrente ano. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotó-Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Lélío Guimarães Sotó-Maior — Secretário

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 3-72**  
**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar Deputado Olívio Belich, um dos Grupos Escolares da Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-9-73  
aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Basílio Zanusso e Alvaro Dias — Relatores

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 29-73**  
**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Colégio dos Anjos, da cidade de Pirai do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-9-73  
aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Basílio Zanusso e Alvaro Dias — Relatores

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28-73**  
**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios e Termo Aditivo celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, pelos órgãos a seguir especificados:

a) — Ministério da Educação e Cultura — Instituto Nacional do Livro — e Secretaria da Educação e Cultura, em 3-8-71, e respectivo Termo Aditivo, em 9-11-71, visando à extensão do Programa Nacional do Livro Didático, no Estado do Paraná, bem como a dotar o aluno do curso primário dos livros necessários e melhor rendimento escolar;

b) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento de Educação Física e Desportos — e a Secretaria da Educação e Cultura, através do seu Departamento de Educação Física e Desportos, em 8-3-72 e 18-5-72, em Brasília, para aplicação de recursos de acordo com o projeto, orçamento, cronograma e especificações, aprovados pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura;

c) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento do Ensino Médio e a Secretaria da Educação e Cultura, através do Conselho de Educação do Estado, em 26-6-72, em Brasília, objetivando a prestação de assistência técnica e financeira, pelo primeiro, ao Sistema de Educação do Estado do Paraná;

d) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento de Educação Física e Desportos, — a Secretaria da Educação e Cultura e os Clubes: União Capão Raso Futebol Clube, Clube Atlético Paissandu, Vila Fany Futebol Clube, Esporte Clube Pinheiros, Vasco da Gama Futebol Clube e Sociedade Recreativa Esportiva Bangu, objetivando aplicação de recursos na ampliação e ou recuperação das respectivas instalações desportivas e;

e) — Ministério da Educação e Cultura — Secretaria Geral Programa Nacional da Carta Escolar, — e a Secretaria da Educação e Cultura, em 13-7-72, objetivando a estabelecer o regime de cooperação mútua na execução do Projeto Prioritário do Programa Nacional da Carta Escolar.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-9-73  
aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Basílio Zanusso e Alvaro Dias — Relatores

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33-73**  
**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — A Seção de Autografia, do Departamento Administrativo, com a competência definida pela alínea a, inciso I, do artigo 13, do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, passa a integrar o Departamento Legislativo, com subordinação à Divisão de Ordem do Dia e Autografia

Art. 2.º — Fica criada a Divisão de Ordem do Dia e Autografia; compreendendo duas Seções:

a) Seção de Ordem do Dia; e  
b) Seção de Autografia.

Art. 3.º — Fica suprimido o item VII, do artigo 28, do Regimento Interno, cujo texto consolidado foi aprovado pela Resolução n.º 11, de 16 de dezembro de 1960, cuja atribuição será designada ao Diretor do Departamento Legislativo.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-9-73  
aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Basílio Zanusso e Alvaro Dias — Relatores

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 42-73**  
**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 30-3-73, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, objetivando estabelecer condições no sentido da execução de programas de alfabetização para o Estado do Paraná, no corrente ano.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-9-73  
aa) Gilberto Carvalho — Presidente  
Basílio Zanusso e Alvaro Dias — Relatores

**COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

**3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 1a. LEGISLATURA**

**ATA DA 6a. REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Domicio Scaramella e contando com as presenças dos Senhores Deputados Alvaro Dias, Marciano Baraniuk e Iris Caldart, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à ordem do Dia, tendo sido relatado o seguinte processo: PROJETO DE LEI N.º 153-73 — de autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmas, área de terreno que especifica. Relator Deputado Iris Caldart, parecer favorável — APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Agilides de Oliveira Martins, para que produza os efeitos legais.

aa) Deputado Domicio Scaramella — Presidente  
Agilides de Oliveira Martins — Secretário